



Anais da Assembléia

Nº 16

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 17 DE MARÇO DE 1977.

ANO III

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 18ª SESSÃO (EXTRAORDINÁRIA) REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 1977

QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Fuad Nacli e Domício Scaramella.

Às 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, João Fadel, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Furet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (47); achando-se ausentes os Senhores Deputados Alfredo Gulin, Aragão de Mattos Leão, David Federmann, Ernesto Dal'Oglio, Fabiano Braga Cortes, Jayme Rodrigues Carvalho e Otássio Pereira (7).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

- SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.
- SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.
- SR. ANTÔNIO FACCI — (Pela Ordem). — Sr. Presidente, requeiro regimentalmente, a verificação de quorum.
- SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — O Sr. 1º Secretário procederá a chamada nominal dos Srs. Deputados, para constatação de quorum.

A Presidência comunica aos Srs. Deputados que às 14,15 horas, visitará este Poder Legislativo o Exmo. Sr. Frederick Chapin, Consul Geral dos Estados Unidos da América, em São Paulo.

Convida os Srs. Deputados para cumprimentá-lo no Salão Nobre.

- SR. 1º SECRETÁRIO — Procede a chamada dos Srs. Deputados.

(Responderam a chamada nominal 20 Srs. Deputados).

- SR. ENÉAS FARIA — (Pela ordem). — Talvez a chamada tenha sido um pouco tumultuada, razão pela qual, eu solicito ao Plenário, uma nova chamada.

- SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — No instante em que V. Exa. levantou a questão de ordem, a Presidência solicitava do Sr. 1º Secretário, que repetisse a chamada nominal dos Srs. Deputados que não haviam respondido a chamada.

- SR. 1º SECRETÁRIO — (Faz novamente a chamada nominal)

- SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Responderá a chamada nominal 28 Srs. Deputados.

Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 28 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 130/76, de autoria do Deputado Ivo Thomazoni, que declara de utilidade pública a Associação das Emissoras de Radiodifusão do Paraná — AERP, com sede na cidade em que residir o Presidente da mesma, e foro na Capital do Estado. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — Em regime de urgência. — **Aprovado.**

A Presidência comunica que já se encontra no salão nobre o Sr. Frederick Chapin, Consul Geral dos Estados Unidos da América, em São Paulo, que receberá cumprimentos dos Srs. Parlamentares.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária.

Levanta-se a sessão.

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 19ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 1977

QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Jurandir Messias, secretariada pelos Senhores Deputados Rosário Pitelli e Nelson Buffara.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, João Fadel, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (47); achando-se ausentes os Senhores Deputados Alfredo Gulin, Aragão de Mattos Leão, David Federmann, Ernesto Dal'Oglio, Fabiano Braga Cortes, Jayme Rodrigues Carvalho e Otássio Pereira (7).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

- SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.
- SR. 2º SECRETÁRIO — Procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.
- SR. 1º SECRETÁRIO — Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado subscritor do presente, respaldado no Regimento Interno, ouvido o Plenário, requer regime de urgência para o Projeto de Lei número 12/77.

Sala das Sessões, em 17 de março de 1977.

(a) LUIZ ROBERTO SOARES

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ciência e aprovação do Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo passamento do Sr. Otávio Borin.

Morando na cidade de Paranavaí, desde 1949, Otávio Borin, era figura conceituadíssima na região, considerando como um dos fundadores do município. Empresário, agricultor e pecuarista, o seu falecimento deixa uma lacuna difícil de ser preenchida no rol dos homens que ajudaram a erguer aquela região.

Requer, outrossim, seja enviado à família enlutada, o teor deste requerimento.

Sala das Sessões, em 17 de março de 1977.

(a) WALDENÍCIO BARBALHO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer a consignação na ata dos trabalhos de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor SÉRGIO DE LARA, residente em Bela Vista do Paraíso - PR.

O extinto que desaparece prematuramente, ocupava com grande operosidade a presidência do Diretório Municipal da ARENA de Bela Vista do Paraíso.

Deixa a prantear-lhe a morte, sua dedicada esposa, Dona Iracema Lex Lara e cinco filhos menores.

Sala das Sessões, em 17 de março de 1977.

(a) ROSÁRIO PITELLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer depois de ouvido o Plenário, a inserção em ata de voto de aplausos à campanha "Nossa Cidade Mais Humana", liderada pelo Lyons Clube e Rotary Clube locais, com o apoio do Prefeito de Curitiba, Engenheiro Saul Raiz. A referida campanha será lançada, oficialmente, no próximo dia 29, data em que se comemora o aniversário de Curitiba.

Requer ainda, que da decisão, seja dado ciência às entidades supras.

Sala das Sessões, em 17 de março de 1977.

(a) ROSÁRIO PITELLI

JUSTIFICATIVA:

Merece nossos aplausos a campanha, a ser lançada dia 29 próximo, com um desfile que partirá do Centro Cívico, sob o lema "Nossa Cidade Mais Humana", e que visa, principalmente, diminuir o alto índice de acidantes, com morte, no trânsito de nossa Capital. É, indubitavelmente, iniciativa louvável e oportuna, que merece o apoio incondicional desta Assembléia, através de seus deputados, funcionários e colaboradores.

Estamos certos de que o povo de Curitiba também prestigiará essa campanha que, em última análise, objetiva impedir a perda irreparável de vidas humanas.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, requer a V. Exa. que após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Senhor Diretor Presidente do Banco do Estado do Paraná S/A., solicitando os seus bons ofícios no sentido da urgente instalação da agência desse estabelecimento de crédito na cidade de Palmeira.

Sala das Comissões, em 17 de março de 1977.

(a) LINEU TURRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, requer a V. Exa. que após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Secretário dos Transportes, Dr. Osiris Stenghel Guimarães, no sentido de seus bons ofícios para incluir no projeto de pavimentação asfáltica Pal-

meira-Ponta Grossa, o acesso ligando a cidade de Palmeira à BR-277, com sua indispensável complementação.

Sala das Sessões, em 17 de março de 1977.

(a) LINEU TURRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, requer à Mesa, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado apelo ao Exmo. Sr. Secretário de Educação e Cultura, para que seja providenciada a construção de um Colégio de Alvenaria, do 1º grau, com 8 salas, no município de Francisco Alves (Bairro Catarinense).

O bairro, tem apenas um colégio; o qual está em precária construção de madeira, onde abriga o 1º grau.

O município, pela sua importância, como também pela sua grande população em idade escolar, está a merecer esta obra pública.

Sala das Sessões, em 17 de março de 1977.

(a) ERNESTO GNOATO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer depois de ouvido o Plenário, a inserção nos Anais da Casa, dos discursos pronunciados pelo Ministro Armandinho Falcão, da Justiça, e do Presidente Ernesto Geisel, por ocasião do terceiro aniversário do atual Governo da República. Da decisão da Casa, que se dê conhecimento à Presidência da República e ao Ministério da Justiça.

Sala das Sessões, em 17 de março de 1977.

(a) ROSÁRIO PITELLI

JUSTIFICATIVA:

Ao solicitarmos a transcrição nos Anais da Casa dos discursos do Ministro da Justiça e do Presidente da República, pronunciados por ocasião das singelas comemorações do terceiro aniversário do Governo Geisel, objetivamos render nossas homenagens ao inegável esforço, dedicação e trabalho com que a equipe governamental vem conduzindo os destinos do nosso País.

Além do mais, é oportuno constar dos Anais desta Assembléia a palavra do Presidente Geisel, nesta fase histórica da vida política nacional, em que S. Exa. ressaltava, sobretudo, o combate tenaz do seu governo à inflação, e a sua posição de que não tem compromissos com ninguém, a não ser com a Nação.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente requer o envio de apelo ao Senhor JAYME CANET JÚNIOR, digníssimo Governador do Estado do Paraná, solicitando ao mesmo providências junto às autoridades competentes, objetivando o encontro de solução que venha dar fim ao impasse surgido com a assinatura do Decreto Lei número 78.986, de 21 de dezembro de 1976, amparado pela portaria do Ministério da Fazenda, de número 61/77, de 04 de fevereiro de 1977, que vai vigorar a partir de 20 de abril de 1977, proibindo as exportações nas fronteiras do nosso País e transações comerciais sendo realizadas somente em dólares.

Sala das Sessões, em 17 de março de 1977.

(a) GABRIEL SAMPAIO

JUSTIFICATIVA:

Senhor Presidente, Senhores Deputados, não poderíamos passar despercebidos, e permanecer omissos, deixando de analisar com profundidade os problemas que serão carreados para a grande maioria da população fronteiriça de nosso Estado, quando entrar em vigor a partir de 20 de abril próximo vindouro, o Decreto Lei número 78986, que tem como objetivo princi-

pal, limitar as exportações e o comércio fronteiriço de nosso País à operações em dólares.

Esta medida resultará em sérios prejuízos à inúmeros municípios fronteiriços não só do Paraná, mas acreditamos, de todo o Brasil.

Entretanto nossa preocupação maior é com referência ao município de Foz do Iguaçu, que ao nosso ver, constitui uma situação excepcional em face do canteiro de obras da Hidrelétrica Itaipú Binacional, que através de convênio mantido com o Paraguai, país co-irmão, estabelece o pagamento em cruzeiro, por parte das empreiteiras, UNICON, no lado fronteiriço paraguaio.

Em face do acima exposto, estamos apresentando o presente requerimento, que se aprovado nesta Casa de Leis, levará o apelo do povo do Paraná, ao Sr. Governador do Estado, que por certo gestionará junto às autoridades competentes sobre esta questão, objetivando encontrar solução do problema, o que se não ocorrer, trará sem a menor dúvida, inúmeros problemas e prejuízos ao comércio atingido por esta medida.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente requer o envio de expediente à Comissão de Turismo da Câmara dos Deputados, solicitando estudos, objetivando a possibilidade de vir a ser realizado na cidade de Foz do Iguaçu, o Primeiro Campeonato Mundial de Tiro ao Pombo.

Sala das Sessões, em 16 de março de 1977.

(a) GABRIEL SAMPAIO.

JUSTIFICATIVA:

Nossa iniciativa prende-se a solicitação que nos foi formulada pelo Sr. Antônio Bordin, Diretor de Relações Públicas do Sindicato de Hoteis e Similares e da Aliança Renovadora Nacional de Foz do Iguaçu.

Salientando a importância da presença de ilustres visitantes ao nosso País e mais particularmente do nosso Estado, quando da realização do Primeiro Campeonato Mundial de Tiro ao Pombo, com presença confirmada do Rei da Espanha e ainda contando com a participação de 500 atiradores, constituindo-se a grande maioria deles oriundos de países estrangeiros, não é difícil prever-se a absorção de divisas em dólares, atendendo-se assim a um dos objetivos da Presidência da República do nosso País, que é a aceleração da estabilização da economia brasileira.

Faz-se necessário salientar que as aves que virão a ser abatidas no presente campeonato, serão utilizadas como alimento durante o advento.

São aves domésticas, adquiridas na Espanha e na Argentina, semelhante a outras aves domésticas criadas no Brasil e que servem também como alimentação de grande parte da população brasileira.

Entendemos então, que deveria haver proibição do abate comum de outras aves que proporcionam alimento à população brasileira e outras populações.

Faz-se necessário ainda, salientar que, os organizadores desta competição dedicaram grande quantidade de esforços objetivando a elaboração do programa que visa trazer para o Brasil a realização do Primeiro Campeonato Mundial de Tiro ao Pombo, adite-se ainda aos esforços encetados, grandes quantias que foram canalizadas para a aquisição das instalações necessárias à estruturação geral da competição.

Solicitamos portanto, através do presente, ao Sr. Presidente da Comissão de Turismo da Câmara dos Deputados e a seus membros, providências e estudos para que através dessa Comissão, possa ser realizado um trabalho de conscientização, pleiteando junto à Presidência da República uma medida que

venha propiciar a realização da supra referida competição, posição essa que virá em muito contribuir para a projeção do desenvolvimento do turismo em nosso País.

A presente proposição espera que através do trabalho da Comissão de Turismo da Câmara dos Deputados, junto ao Congresso Nacional e Presidência da República, surta como efeito a criação de um dispositivo legal que venha autorizar a realização do Primeiro Campeonato Mundial de Tiro ao Pombo.

PROJETOS DE LEI:

Projeto de Lei número 19/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.^o — É declarada de utilidade pública a Fundação de Desenvolvimento Social de Maringá, com sede e foro na cidade de Maringá, neste Estado.

Art. 2.^o — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de março de 1977.

(a) JORGE SATO.

JUSTIFICATIVA:

Pela documentação anexa, verifica-se que a entidade acima presta inestimáveis serviços à comunidade maringaense no campo de assistência social, não visa lucros, está em funcionamento regular, portanto encontra-se em condições de ser declarada de utilidade pública.

Eis o motivo, por que apresentamos o presente plano de lei à consideração dos nobres pares, esperando para o mesmo o seu apoio e aprovação.

Projeto de Lei número 20/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.^o — É declarada de utilidade pública o Recanto da Juventude "Branca Fernandes", com sede e foro na cidade de Maringá, neste Estado.

Art. 2.^o — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das sessões, em 17 de março de 1977.

(a) JORGE SATO.

JUSTIFICATIVA:

Sem dúvida, a entidade acima presta relevantes serviços à comunidade de Maringá, na parte de assistência material, educativa e instrutiva a menores desamparados e órfãos.

Pela documentação apresentada, verifica-se que a mesma preenche todas as condições e requisitos legais para ser declarada de utilidade.

Estas as razões por que encaminhamos o presente plano de lei à apreciação dos nobres Pares, contando com o seu apoio para a aprovação do mesmo.

Projeto de Lei número 22/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.^o — Fica criada a Inspeção de Ensino de CIDADE GAÚCHA, com jurisdição sobre os municípios de CIDADE GAÚCHA, TAPIRA, NOVA OLÍMPIA, GUAPOREMA e RONDON.

Art. 2.^o — O Poder Executivo baixará os atos necessários para a instalação e funcionamento da mesma.

Art. 3.^o — A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de março de 1977.

(a) WILSON FORTES.

JUSTIFICATIVA:

O número de escolas secundárias e primárias da região é considerável.

A região ressen-te-se de uma Inspeção de Ensino, a fim de dar maior amparo e solucionar os problemas educacionais com maior brevidade.

Considerando este fato, bem como a amplitude da região, propomos à consideração o presente plano de lei, esperando que merecerá a devida atenção, uma vez que se trata de um benefício, e prol do ensino no Paraná.

Efetivamente, o setor educacional mereceu especial atenção do atual governo, e cabe a nós, homens que representamos as populações interioranas facilitar o trabalho dos abnegados mestres, dotando-os dos instrumentos que não só melhoram o ensino, mas facilitam a solução dos problemas com ele relacionados.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Werner Wanderer.

O SR. WERNER WANDERER — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(LENDU): “Após dois anos de uma administração realmente preocupada com a educação, o Paraná possui hoje um sistema escolar á altura daquilo que é almejado pelo povo.

Ao posicionar a educação como uma das metas prioritárias de sua administração, o Governador Jayme Canet Júnior evidenciou sua atenção para que além do progresso técnico, o Estado possa ter paralelamente avanços constantes no campo social e humano.

A grandiosidade do programa educacional que se desenvolve no Paraná vem a merecer um relato de suas principais metas que vêm sendo gradualmente e sistematicamente alcançadas.

Entretanto, é necessário ressaltar que, para a consecução destas metas foi preponderante a firme e decidida atuação do professor Francisco Borsari Netto, Secretário da Educação e da Cultura.

Homem público dos mais notáveis vem se dedicando, diuturnamente, para que o sistema possa oferecer mais oportunidades de estudo, além de desenvolver uma série de projetos que visam a melhoria qualitativa do ensino.

Ainda, na última terça-feira, acompanhamos o Secretário Borsari Netto ao Oeste do Estado, onde mais de 28 salas de aula foram entregues para os municípios de Mal. Cândido Rondon e Palotina, propiciando a abertura de mais 3.360 vagas.

Em suma, a manutenção e atualização do sistema educacional, a abertura de novas vagas, a preparação de professores, o Estatuto do Magistério, o Programa “Esporte ao Nível do Povo”, o IX Festival e Curso Internacional de Música, o apoio às Prefeituras, o auxílio ao ensino particular, o adequamento da rede física e uma série de convênios foram, as principais realizações da SEEC, em 1976.

SISTEMA EDUCACIONAL

Além da adequada manutenção da rede física escolar representada pela pontualidade no pagamento de técnicos e professores (52.903) escolas e 936.505 alunos de primeiro e segundo graus, da estadual de ensino), a ativação do ensino foi uma das grandes preocupações da Secretaria da Educação e da Cultura em 1976, que procurou obtê-la prioritariamente através da continuidade da implantação da reforma do ensino de Primeiro e Segundo graus, da reformulação do ensino agrícola; do apoio ao ensino especial para excepcionais; do incremento à assistência ao educando; da expansão do Ensino Supletivo e do reconhecimento de seus cursos de terceiro grau.

NOVAS VAGAS

Canalizando recursos provenientes de diversas fontes, a FUNDEPAR desenvolveu, em 76, a execução de programa de obras destinado a elevar, a curto prazo, a oferta de vagas escolares em todo o Paraná.

Em termos globais, as obras concluídas em 1976, somadas às que se encontram em andamento em condições de início imediato, totalizam 805 prédios com 2.969 salas de aula, o que significa 331.644 metros quadrados de área e matrículas na ordem de 356.280 e custo de 500 milhões.

ESTATUTO

Por outro lado, a aprovação do Estatuto do Magistério, pela Assembléia Legislativa do Estado, através de Substitutivo Geral, e a sanção governamental, constituíram-se em uma das grandes metas alcançadas no período.

Tal dispositivo legal e seu futuro regulamento serão fatores de consolidação da política administrativa do Governo Jayme Canet Júnior, no concernente a Educação.

ESPORTE

Considerando a importância dos esportes, na educação geral, global, a SEEC procurou ampliar e incentivar as práticas esportivas nos estabelecimentos de ensino e na comunidade.

Um dos objetivos mais importantes alcançados, foi a criação de infra-estrutura para a prática de atividades esportivas na Capital e em vários municípios do Estado, com a construção de 206 quadras polivalentes, pela FUNDEPAR.

Além dessas, através de convênios, a SEEC aplicando cinco milhões de cruzeiros provenientes do MEC, possibilitou a construção de quadras esportivas em Curitiba e outros municípios da Zona Metropolitana e do Interior.

Quanto às realizações esportivas, cabe destaque ao Torneio Pré-Seleção de Curitiba, com a participação de 845 atletas; os Jogos Estaduais Regionais do Paraná, com a participação de 2 mil e 370 atletas; Os Jogos Abertos Regionais do Paraná, com a participação de 5 mil e 82 atletas; os Jogos Abertos do Paraná, realizados em Campo Mourão, com a participação de mais de 3 mil e 500 atletas.

Além disso, o Paraná participou com quase 200 atletas, dos Jogos Escolares Brasileiros, promovidos pelo DED/MEC realizados em Porto Alegre, durante o mês de dezembro, conseguindo ótimo resultado na classificação geral.

No que diz respeito ao desenvolvimento do esporte amador, a SEEC concedeu auxílio financeiro às Federações de todas as categorias esportivas, que totalizaram 521 mil cruzeiros.

FESTIVAL

Uma das atividades mais significativas na área cultural constituiu-se na preparação de IX festival de Música e IX Curso Internacional de Música de Curitiba.

Paralelamente, através de nossos museus, de nossas escolas de arte e de nossos teatros, verificou-se um grande incremento no campo cultural, dado o interesse cada vez maior da população em participar desses eventos.

APOIO ÀS PREFEITURAS

44 mil e 800 professores municipais, dos quais 37 mil e 800 titulados e 7 mil não habilitados, foram pagos em 76 com recursos concedidos pela administração estadual, através da FUNDEPAR.

O total de recursos montou em 34 milhões de cruzeiros, representando significativo apoio ao ensino municipal.

A par desse auxílio, cabe destacar o desenvolvimento dos projetos “PROMUNICÍPIO” e COEMPAR, através de convênios firmados com grandes números de municípios do interior

COMPRA DE VAGAS E BOLSAS

Objetivando amparar estudantes carentes de recursos financeiros, em 1976, significativos recursos, seja na compra de vagas ociosas da rede particular, seja na concessão de bolsas de estudo àqueles que se inscreveram para obter tal auxílio.

Desta forma, no ensino de primeiro grau, foram concedidas 5 mil 213 bolsas, enquanto que para o ensino de segundo grau esse número subiu para 8 mil e 694 bolsas.

Para o ensino superior, foram concedidas 939 bolsas e para o ensino especial, mil e cento e oitenta e seis.

Assim, constata-se que a SEEC, no ano de 1976, propiciou estudo, financeiro por ela, a mais de 16 mil estudantes dos três níveis e da área do ensino especial.

EQUIPAMENTOS E CONVÊNIOS

Foi grande o empenho do Governo do Estado em 76 para possibilitar o adequado atendimento de sua rede física, com material escolar, mobiliário e equipamento.

Assim, além de materiais de consumo, escolar e de expediente, para equipar ou reequipar salas de aula, foram adquiridas, em 76, ao custo de 22 milhões e 840 mil cruzeiros, 135 mil carteiras escolares.

No que diz respeito ao material escolar, para distribuição aos alunos carentes de recursos, deve ser salientada a aquisição de um milhão e 600 mil cadernos, ao custo de um mil e 400 cruzeiros.

Vários convênios foram firmados em 76, para viabilizar a execução das atividades programadas pela SEEC, merecendo destaque: 1) MEC, destinado à SEEC a verba de 13 milhões, 490 mil e 900 cruzeiros.

2) — com a Universidade Federal do Paraná, para a execução de projeto de ensino e pesquisa.

3) — com o MEC, no valor de 5 milhões de cruzeiros.

4) com o desenvolvimento de Ensino Supletivo do MEC, que destinou a verba de 446 mil e 200 cruzeiros e com a FUNARTE — Fundação Nacional de Arte, tendo recebido a importância de 390 mil cruzeiros.

Além de convênio com o Departamento de Ensino Médio do MEC, pelo qual recebeu o auxílio financeiro de 3 milhões e 616 mil cruzeiros.

Por outro lado, merece que seja ressaltado o convênio firmado no segundo semestre do ano, que canalizará pela Caixa Econômica Federal, à conta do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, na modalidade de financiamento à FUNDEPAR, no valor de 160 milhões, como complemento do empréstimo de 340 milhões e 17 mil cruzeiros concedidos em 76.

Esses recursos e o novo financiamento já solicitado e em tramitação na Caixa Econômica Federal, de 340 milhões, assegurarão a concretização dos programas previstos nos objetivos e Metas de Desenvolvimento do Governo Jayme Canet Júnior”.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO.— Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ontem, aqui desta tribuna, qualificamos, o projeto de lei de aumento do funcionalismo público do Paraná, de um grande pecado do Exmo. Sr. Governador do Estado, como mais uma injustiça cometida contra esses funcionários que, durante anos e anos consecutivos, dedicam seu trabalho em prol do Estado.

No momento em que recebíamos aparte do ilustre Deputado Luiz Alberto Oliveira que, de forma constestativa, queria nos provar que o Paraná foi o Estado que teve o melhor cuidado de posicionar a reestruturação do vencimento de seus funcio-

nários.

Dissemos, naquela oportunidade, que o Estado de São Paulo que recentemente também ajustou o seu funcionalismo, em comparação da escala de nível daquele Estado para este Estado, vemos caracterizada, perfeitamente, a injustiça e a falta, inclusive, de conhecimento por parte do Governador, da necessidade em que vive o funcionário desta Unidade Federativa.

Embora não tivéssemos, naquele momento, a tabela completa da comparação dos dois Estados, nós demos a posição, o que vamos provar, que a nossa acertiva e a nossa afirmação não tem forma de contestar.

Vejamos, por exemplo, simplesmente para observação, o nível 18 do Estado de São Paulo; o funcionário colocado neste ponto da escala de nível, teve um reajuste de apenas 27 por cento.

Entretanto, ele passou a receber 4 mil e 59 cruzeiros mensais.

O nível 18, que teve trinta por cento de aumento, com o aumento do funcionário público do Paraná, vai receber 1.822 cruzeiros mensais.

Está aí clarividente e está aí claramente retratada a falta de capacidade de observação de um Governo, com referência à necessidade do funcionário público estadual, pela ativa, integrante da máquina administrativa desta Unidade Federativa.

E é por isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que o Parlamento, na oportunidade em que tinha condições de legislar principalmente em conjunto com a instituição, na montagem do direito principalmente daqueles que fazem parte do trabalho de função junto ao Estado, o Parlamento, reunido com seus homens, o Parlamento, reunido com aqueles que realmente conhecem o problema do povo, o Parlamento, reunido em si, com seus representantes que aqui vieram pelo voto popular, debateria um assunto como este, com profundidade.

Como na nova condição de legislação, é o direito do Sr. Governador, é uma atribuição do Governo do Estado, manter a escala de vencimentos dos seus funcionários.

Está aí mais um retrato de injustiça entre tantos outros que tem ocorrido no Paraná.

Oxalá se encontre uma fórmula para, pelo menos, fazer retornar à aprovação, com emendas que possam modificar a atitude da imposição de usá-lo de pior forma do que aquela que vigiu até agora, porque, dissemos ontem, o custo de vida, em seu todo, no primeiro trimestre deste ano já alcançou 50 por cento de aumento, ao tão sofrido funcionário público do Paraná.

Uma miséria de 30 por cento de aumento de seus vencimentos....

Que contestem os Srs. Deputados, dignos, ilustres, representantes do Governo desta Casa, o que aí está escrito, o que está divulgado, o que está configurado nas duas legislações, uma de São Paulo e outra do Paraná, com referência ao aumento necessário para o funcionário público, e que veja o clarividente, o inteligente e culto Deputado Luiz Alberto Oliveira, que o subterfúgio não encobre o aspecto firme da verdade e, a verdade está aí, da injustiça cometida, mais uma vez, por um Governo que esquece que um funcionário que trabalha é a parte mais importante da estrutura administrativa de um Estado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Nilso Sguarezi.— (DECLINA).

Concedo a palavra ao quarto orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Ernesto Gnoato. (DECLINA).

Havendo declinado, concedo a palavra ao quinto orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Gabriel Manoel. O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ao ouvirmos as palavras do eminente, combativo Deputado do Movimento Democrático Brasileiro, Deputado Lúcio Machado, queríamos, apenas, também, estar solidários com o funcionalismo do Paraná e do Brasil.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não podemos escutar calados, injustiçados que se praticam contra um Governador dinâmico e correto, como Canet Júnior, porque sabe o Sr. Deputado Lúcio Machado, sabe o Paraná e sabem todos os Srs. Deputados e sabe V. Exa. Sr. Presidente, que, quando à estrutura do esquema de pagamento do funcionalismo, do aumento do funcionalismo, nós estamos, apenas, o Paraná, de todos os Estados da Federação, num sistema onde não pode ultrapassar o limite do Poder Executivo Federal.

Quando vemos o nosso Governador, homem que está voltado para os interesses do Paraná e de sua gente, trabalhando, diuturnamente, olhando e pagando o funcionalismo em dia cremos que, se erro existe, Sr. Presidente, se erro existe, Srs. Deputados, e se erro existe, Sr. Deputado Lúcio Machado, este erro há de ser corrigido paulatinamente pelo Governador Canet Júnior, eis que para orgulho nosso, para orgulho do Paraná e para orgulho de nossos filhos, é o Paraná o único Estado que não é subvencionado pelo Poder Central, é o único Estado que nada deve à Nação, é o único Estado que pagou em dia as dívidas contraídas para fazerem frente às necessidades, com empréstimo do Banco do Brasil.

Agora, vemos um Deputado do brilhantismo de Lúcio Machado, vir atacar o Governador que está apenas cumprindo com sua obrigação, que está apenas aplicando o dinheiro do povo em benefício do próprio povo.

Por que, então, não contestar o Sr. Presidente da República?

Por que não ter a coragem de falar contra o Poder Central?

Por que falarmos contra um homem que luta, que o único defeito que tem, é trabalhar pelo Paraná e pela sua gente, aplicando o dinheiro do povo em benefício do próprio povo?

O Deputado Lúcio Machado, sempre com dois pesos e duas medidas, vem atacar a estrutura do Governo honesto, cioso e correto, um Governo que V. Exa. é testemunha, rasgou o Paraná, de Jaguariaíva até nossa querida Santo Antônio da Platina, com aquele asfalto negro.

Um Governo que está rasgando as estradas do Norte Pioneiro.

Um Governo, Deputado Lúcio Machado, que nós devíamos esquecer as divisas políticas e vir dizer a Jayme Canet, o nosso muito obrigado, porque, agora, o Norte Pioneiro tem vez.

Não é justo que se ataque um Governo, procurando, inutilmente, jogar o funcionalismo público contra o Governo sadio de Canet Júnior.

Não podemos nos calar ante a injustiça, que não pode ser praticada e, ante a nossa consciência, a consciência de nossos filhos, não podemos carregar isto, não podemos enfrentar a nossos semelhantes de outros Estados, veja Santa Catarina, o próprio Estado de S. Paulo, o progresso do resto do Brasil e faça um quadro comparativo, Deputado Lúcio Machado, e da nossa posição no concerto da Nação brasileira e da posição do Paraná, graças à honestidade deste homem que é Jayme Canet.

Peço vênha pela maneira que estamos falando, mas não podemos calar quando se pratica uma injustiça da tribuna desta Casa e queria que V. Exa. com a vênha e com o respeito que tenho por V. Exa., que V. Exa. fizesse um quadro comparativo de outros Estados, que não se fale só no Estado de S. Paulo mas no Piauí, no Amazonas, se fale Oiapoc ao Chui, fazendo um quadro comparativo para que possamos então citar um Governo honesto e sadio.

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência lamenta, mas

está esgotado o prazo — Concedo mais um minuto para V. Exa. concluir.

O SR. GABRIEL MANOEL — Muito obrigado.

Mas ontem estivemos vendo o outro orador que nos antecedeu, ele teve mais cinco minutos que nós, mas não tem problema.

V. Exa., Deputado Lúcio Machado, deveria botar a mão na consciência e dizer em suas orações, graças a Deus que enfrentaremos a verdade, para a imprensa do Paraná, para o respeito dos nossos filhos e da própria Casa Legislativa, fazendo um quadro comparativo de outros Estados, que não se fale em S. Paulo, que não se fale em Santa Catarina, mas no resto do Brasil e se veja a posição do Paraná.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE Jurandir Messias) — Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao quinto orador inscrito, Sr. Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No fim do ano passado, a política de reflorestamento sofreu um dos mais sérios abalos que se tem desde que ela foi implantada no País.

Através de um decreto presidencial, revogando a possibilidade de aplicação do incentivo fiscal, através das pessoas jurídicas, Decreto 1.503, de 23 de dezembro, o Sr. Presidente da República cancelou aquela disposição legal que permitia às pessoas jurídicas, aplicarem no ano base ou seja, para desconto no ano seguinte, quando da declaração de renda, o incentivo fiscal para reflorestamento.

Isto fez com que o pequeno e médio empresário, perdessem o capital de giro que dispunha para implantarem seus produtos de reflorestamento e foi de tão funestas consequências para o reflorestamento esta medida, que das seiscentas empresas reflorestadoras existentes no País, presume-se que aproximadamente quatrocentas e cinquenta empresas não tenham mais condições de se manterem no setor, porque o grande afluxo, o grande fluxo de recursos dos incentivos fiscais propiciados, de uma hora para outra, foram drasticamente retirados.

Ademais, no fim do ano ainda, através de um outro Decreto, o 79.046, o Governo Federal ampliava área de duzentos hectares para mil hectares, mínima, para projetos de reflorestamento, ocasionando assim, maiores dificuldades para o setor de reflorestamento.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos enviando um apelo ao Sr. Presidente da República e ao Presidente do IBDF, para que tais medidas sejam revogadas.

Por incrível que pareça, embora todos os índices, todas as possibilidades indicassem que o Governo não voltasse atrás sobre o empréstimo da gasolina, o Governo Federal houve por bem voltar atrás.

No setor do reflorestamento esta medida, a retirada dos incentivos fiscais, foi muito mais drástica do que seria o empréstimo compulsório da gasolina, tanto mais nesta época quando o Brasil busca desesperadamente outras fontes de energia.

O carvão vegetal será infalivelmente no futuro uma das grandes fontes de energia de que o Brasil dispõe.

Mas é fácil fazer o cálculo do que será o volume do reflorestamento, através do volume de empresas que existem.

De seiscentas, aproximadamente quatrocentas deverão sair do setor, porque não dispõem de mais recursos.

Então estamos fazendo um apelo num requerimento, e pedimos que esta Assembléia o aprove para que se tente sensibilizar o Presidente da República, para revogar aquela medida que veio, de uma hora para outra, sem qualquer aviso praticamente terminar com as empresas reflorestadoras que trabalhavam com o IBDF e que aqui no Paraná estavam em maior

número. Está vazado, nos seguintes termos, o meu requerimento: (LÉ):

“Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer manifestação do Plenário para aprovar envio de veemente apelo a S. Exa. o Sr. Presidente da República e Presidente do IBDF, para que seja revogado o Dec. Lei 1503 de 23 de Dezembro de 1976, permitindo-se às pessoas jurídicas aplicarem de acordo com a Lei 51.106 de 02 de Setembro de 1.966, os incentivos fiscais, que dispuserem.

Outrossim, que sejam baixadas instruções possibilitando as reflorestadoras venderem determinado número de árvores, bem como cederem o domínio definitivo aos adquirentes, de parcelas individuadas dentro do mesmo projeto de reflorestamento.

Sala das Sessões, em 16 de março de 1.977.

(a) NILSO SQUAREZI.

JUSTIFICATIVA:

O Decreto Lei 1.503 de 23 de setembro último, veio trazer sérias conseqüências para as pequenas e médias empresas reflorestadoras, tendo em vista não mais poderem captar os incentivos fiscais permitidos pela Lei 5.106/66.

As empresas reflorestadoras foram restringidas bruscamente na obtenção do seu capital de giro, para a aplicação “a priori” do incentivo fiscal, ou seja: a possibilidade do investidor poder aplicar antecipadamente em reflorestamento, para apresentar o comprovante no ano seguinte a fim de ser abatido na Declaração do Imposto de Renda, resultava na captação de recursos, com que as reflorestadoras podiam, desenvolver os projetos de florestamento e reflorestamento para posterior venda.

E não mais dispondo de capital de giro, estima-se que em mais de 70 por cento das empresas reflorestadoras médias e pequenas, terão que abandonar o setor por total impossibilidade financeira.

As conseqüências dessa medida, estão se fazendo sentir não apenas no maciço desemprego, mas na sensível e alarmante redução do volume de matéria prima.

Outrossim, para que possam os investidores se munirem de maiores garantias na aplicação dos projetos de reflorestamento, quando contratados com empresas reflorestadoras, mister é que possa adquirir não apenas e em área de terreno individuada, inclusive obtendo o direito de propriedade de terra, após o plantio e desenvolvimento satisfatório das árvores adquiridas.

Seria a aquisição do domínio de pequenos lotes de terreno dos atuais projetos de mais de mil hectares exigidos pelo artigo décimo terceiro do Decreto 79.046 de 28-12-76.

Tal prática criaria maior credibilidade na política de reflorestamento, pois o investidor estará comprando coisa certa e individualizada, podendo acompanhar a fiscalizar o plantio e manutenção do seu reflorestamento, representando assim um investimento real.

Embora a legislação não impeça a prática, a verdade é que ela deve ser estimulada pelo IBDF, pois os pequenos investidores não dispondo de recursos o mesmo se torna anti-econômico a implantação de projetos próprios.

Finalmente vale justificar que no Estado do Paraná estavam sediadas diversas empresas reflorestadoras, sendo que a maioria se inclina a abandonar o setor, se não voltar o regime dos incentivos fiscais às pessoas jurídicas”.

Esta parte final do requerimento se refere ao aspecto de que hoje só é possível o investidor em reflorestamento comprar determinado número de árvores dentro de um condomínio, e não comprar um projeto individualizado, ou seja, dez, cinco, cinte alqueires de terra com um determinado número de árvores.

Adquire-se apenas as árvores, porque a terra é em condomínio.

Se se permitir que dentro de um projeto maior possa ser individualizada a área de terras, o investidor então estará comprando coisa certa e determinada e estará fazendo um investimento real.

Por isso é a parte final do nosso requerimento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.— (Sem revis.ao do orador)

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Encerrado o Pequeno Expediente, concedo a palavra no Grande Expediente, ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado José Domingos Scarpelini.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(LENDO): “Em novembro último, mais precisamente no dia 12, às vésperas das eleições, o Sr. Camilo Calazans, Presidente do IBC, fez saber às classes produtoras do nosso Estado, em especial às do litoral, que aquele organismo, o IBC, após estudo, resolvera liberar o plantio de café em nosso litoral.

Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

É sabido por todos nós, que o café de há muito constitui o fator maior das exportações do Brasil.

É sabido por todos nós, que aquele Instituto e outros órgãos afins, previam uma safra de 14 milhões e 800 mil sacas, para o corrente ano.

E que, em um reexame desta previsão, feito não só pelo próprio IBC, mas também, pelas classes produtoras, diminuiu em 2 milhões de sacas.

Vale dizer, a safra será, quando muito, de 12 milhões e 500 mil sacas.

Déficit esse, de sérias conseqüências para a nossa economia.

Sabemos igualmente, que o volume das exportações previstas, acrescido do disponível remanescente, vai à casa de 18 milhões de sacas de café.

A, se confirmarem estes números, o brasileiro não terá mais do que essas duas opções — suprirá o déficit, ou, com o aumento do preço ou diminuição do consumo interno.

É sabido por todos nós, que o Paraná ostenta hoje, a imagem lamentável de um Estado em decadência, no setor cafeeiro, sendo ultrapassado até mesmo pelo Estado de Minas Gerais, que que até há pouco tempo, era inexpressivo neste setor da economia nacional.

Minas Gerais, Sr. Presidente, Srs. Deputados, era um Estado que tinha vontade de produzir café, e o Paraná tinha café até mesmo sem ter vontade.

Hoje não, hoje, a situação inverteu-se, Minas tem o café, e o Paraná ficou apenas na vontade.

É preciso nos conscientizarmos que, por enquanto e será assim por algum tempo, o café é o barquinho salvavidas daquela barca que se afunda, chamada “balança comercial”.

Então, Sr. Presidente, e nobres Deputados, volto ao início do meu pronunciamento para dizer que o Paraná não deve, e não pode ficar apenas na vontade: é preciso agir.

O café no litoral, pode, precisa e deve se tornar uma realidade.

Que a Secretaria de Agricultura, e o IBC, façam o convênio prometido às vésperas das eleições.

Que a Secretaria da Agricultura, que a ACARPA providencie a assistência técnica, aos futuros cafeicultores do litoral paranaense.

Que os organismos financeiros promovam a abertura de crédito necessário.

É preciso deixarmos os “entretantos” e partimos para os finais.

Porque o gelo da inércia dos homens do IBC, é mais

prejudicial do que as geadas dos cafezais do Paraná.

Os futuros cafeicultores do litoral paranaense, estão cansados de ser futuros”.

Requeiro então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, após a deliberação do Plenário, que seja enviada cópia deste meu pronunciamento ao IBC e à Secretaria da Agricultura do Estado do Paraná, para que, em prazo o menor possível, tomem as providências cabíveis, diante dos fatos que aqui acabamos de expor.

Portanto, Sr. Presidente, requeiro, desta tribuna, que seja enviado ofício deste nosso pronunciamento ao Presidente do IBC, e ao Secretário de Agricultura do Estado do Paraná, para as providências que acharam cabíveis”.

Eram estas as minhas palavras para esta tarde, Sr. Presidente.—

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Werner Wanderer, segundo orador inscrito no Grande Expediente.

O SR. WERNER WANDERER — Declino do uso da palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Havendo declinado do uso da palavra o Sr. Deputado Werner Wanderer, concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, no Grande Expediente, Sr. Deputado Renato Bernardi.

O SR. RENATO BERNARDI — Sr. Presidente, nobres Deputados.

Estivemos nesta mesma tribuna, numa das sessões anteriores, encaminhando na oportunidade, através desta Casa, um requerimento em que se solicitava às autoridades federais da área econômica, estudos em profundidade para que fosse instituído um permanente subsídio, para a produção e para o consumo do leite.

E hoje, Sr. Presidente, voltamos à tribuna com o mesmo assunto, solicitando entretanto, agora, uma manifestação dos órgãos estaduais da Secretaria da Agricultura do Estado do Paraná, da Secretaria de Planejamento, principalmente através do seu órgão normativo, e através do instituto adequado para o planejamento do desenvolvimento econômico-social do Estado, porque sentimos claramente no Estado do Paraná, quem sabe um retrato miniaturizado da situação que ocorre no Brasil todo, sentimos claramente, no Estado do Paraná, um retrato da situação que se avizinha.

E recebemos agora em mãos, Sr. Presidente, um Relatório da ACARPA, escritório de Maringá, onde o agrônomo da ACARPA, mostra que nos primeiros 30 dias de 77, foram entregues na Cooperativa de Laticínios de Maringá, 39.559 litros de leite, classificados como “bom” e 786 de leite, considerados como “ácidos”.

Mas já, Sr. Presidente, Srs. Deputados, no segundo período dos primeiros dias de 77, o leite “bom”, de 39.559 litros, caiu para 35.194 litros; e o leite ácido subiu de 786 litros, para 1.459, diários.

Dando, portanto, um acréscimo de 89 por cento na acidez do leite, entregue diariamente na Cooperativa de Laticínios de Maringá e dando uma diminuição de 11 por cento na qualidade do leite classificado como “bom”, entregue na mesma Cooperativa de Laticínios de Maringá.

Entretanto, a Imprensa Nacional, Srs. Deputados, deu um destaque extraordinário, para a Portaria 17/77, da Superintendência Nacional de Abastecimento, onde a SUNAB, depois de ter elevado o preço do leite para 3,10, a partir do dia 15 de março, diminuiu este preço para 3 cruzeiros o litro, parecendo ter diminuído o preço do produto.

Entretanto, permitindo e admitindo a diminuição no teor

de gordura, de 3, para 2 por cento; e sendo que 1 por cento do teor é cotado em qualquer usina de pasteurização a 16 centavos.

Significa na prática que a famosa Portaria 17/77, vem mais uma vez, aumentar o custo do leite em 6 centavos, porque o povo não paga a água do leite e sim qualidade que está dentro do seu vasilhame.

E vamos chegando à conclusão, de que os nossos pecuaristas não têm argumentação, não têm condições de dotar a sua empresa dos investimentos básicos e necessários para continuar produzindo bem, bastante e com boa qualidade.

Se com algumas semanas de seca, em pleno período de verão chuvoso, a produção de leite, na região de Maringá, já caiu em 11 por cento e a qualidade do leite ácido aumenta em 11 por cento, essa é uma paisagem prematura do que será o quadro da pecuária leiteira, a partir do mês de maio, quando começará a entre safra, com períodos de baixa temperatura e baixo índice pluviométrico, quando cai a produção do leite.

Além disso, mais uma vez, lembro a esta Casa que tanto a produção quanto o consumo do leite, representam mais um dos impasses em que vive este País, País, hoje, colocado diante de uma encruzilhada política; diante de uma encruzilhada econômica; diante de uma encruzilhada social;

Este País vive assistindo contradições permanentes.

E uma dellas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é exatamente no alimento básico de nossas crianças; no alimento fundamental de nossas famílias e que é a carne na pecuária de corte e o leite na pecuária leiteira.

E há, Sr. Presidente, Srs. Deputados, um profundo abismo entre a capacidade de consumo do trabalhador brasileiro e a capacidade de produção do pecuarista leiteiro: ele pede 2 cruzeiros e 80 centavos por litro de leite entregue às cooperativas.

Mas, sabemos e sentimos que não há pecuarista que queira implantar, em sua árdua empresa, os equipamentos necessários para uma produção racional de leite, com esse preço atual do leite.

Mas, também não há trabalhador de salário mínimo que tenha capacidade de adquirir um litro diário de leite para sua família, para sua casa, para seus filhos, ao preço de 3 cruzeiros o litro do leite vendido a varejo.

Hoje, estamos no verão, estamos no período das águas, e o leite desapareceu, em S. Paulo, 60 por cento; 40 por cento, no Rio; 20 por cento, em Porto Alegre, de maneira que pergunto a esta Casa: quais os dados que a coordenadoria da área metropolitana da grande Curitiba tem para indicar quais os dados que o Instituto Paranaense de Pesquisa e Desenvolvimento Econômico, o IPAR, tem para indicar a este Poder, qual está sendo a carênci, qual está sendo a deficiência para a grande Curitiba, para a região metropolitana da Capital do Estado?

E se esta é, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a situação que, hoje, em pleno mês de março, vivemos, apenas queremos alertar alertar as autoridades da área da agricultura e da área econômica do Estado do Paraná, para qual há de ser a situação deste Estado nos meses de junho, julho e agosto.

E mesmo que esta situação ainda estivesse resolvida, fica a indagação para os homens que arquitetam e colocam em prática a política econômica-financeira deste Governo Federal.

Qual será a situação do trabalhador brasileiro, diante de um produto básico que lhe é inacessível?

Diante de uma situação em que nós não podemos negar ao nosso trabalhador?

Não podemos negar, às camadas mais humildes da nossa gente, o direito básico, o direito fundamental, o direito inalienável de ter, no seu café da manhã, o leite que sustenta, o leite que há de fazer com que a criança se desenvolva, para, a partir deste desenvolvimento, poder ser, efetivamente, um cidadão útil à nossa Pátria e ser mais um operário para a construção

do Brasil, com e que todos nós sonhamos.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Concedo a palavra ao quarto orador inscrito no Grande Expediente, Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

A Presidência comunica que terá 14 minutos no Grande Expediente.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quero aproveitar para encaminhar à mesa, um projeto de lei de autoria deste Deputado, consorciado com o Deputado Lineu Turra.

E quero fazer brevemente a leitura, na sua íntegra deste projeto de Lei. (LÊ):

“Projeto de Lei número 21/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.^o — Fica incluído no Plano Rodoviário Estadual, para execução em caráter prioritário, a construção e pavimentação do acesso ligando o distrito de Cafelândia d'Oeste, no município de Cascavel, à BR-369, na altura do distrito Nossa Senhora da Penha, pertencente ao município de Corbélia, compreendendo um trecho de 12 km, de estrada.

Art. 2.^o — Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de março de 1977.

(aa) Fidelcino Tolentino e Lineu Turra.

JUSTIFICATIVA:

O distrito de Cafelândia d'Oeste, que é o maior de Cascavel, em todos os aspectos e principalmente sócio-econômico, é sede de uma das maiores Cooperativas Agrícolas de poderosa região oeste do Paraná, a COOPERATIVA AGRÍCOLA LEDA. (COPACOL).

Essa organização congrega os agricultores e ela filiados em 3 municípios, através dos entrepostos a unidades armazenadoras de Formosa d'Oeste, Nova Aurora e Cafelândia (Cascavel), sendo agregada à COTRIGUAÇU, que é o maior complexo cooperativo do Paraná.

A importância dessa estrada está relacionada com a importância econômica dos referidos municípios, além de Corbélia e Cascavel.

Sendo aí em Cafelândia a sua sede, a concentração de unidades armazenadoras de cereais, intui-se que é prioritíssima a construção desse pequeno trecho de estrada, o qual, em tese, poderá ser construído e pavimentado até mesmo com os rendimentos auferidos pela retenção dos vencimentos dos servidores públicos do Estado até o mês de abril.

O grande interesse que o Estado tem no equacionamento da sua maior riqueza, que é mercantilizar os produtos agrícolas, que representam sua base econômica, justificaria por si só a urgência na consolidação dessa justa reivindicação.

Essa pujança está caracterizada pela Ata da Assembléia Ordinária da Cooperativa, realizada no dia 07 de março deste ano, onde se vê que o capital de giro e disponível em caixa é de Cr\$ 700.000,00 e que o rendimento bruto do exercício de 1976 foi de Cr\$ 1.690.000,00, sendo que a diretoria ficou autorizada a efetuar uma operação para o próxima safra, de 1.200.000 sacas de soja, além de outros produtos, num movimento de quase Cr\$ 123.000,00.

Tal produção basicamente se utilizará dessa estrada para alcançar a Rodovia BR-369 - Cascavel - Campo Mourão, e colocar no mercado a sua safra por inteiro, ou seja: Porto de Paranaguá ou Santos, com a opção de alimentar as indústrias de óleo de Cascavel ou Ponta Grossa.

Além desse aspecto econômico, do interesse direto da

economia do Estado, deve-se levar em conta, ainda o ângulo sócio-cultural, porque grande número de estudantes de Cafelândia e Nova Aurora demandariam a Cascavel para frequentar a Faculdade, nos diversos cursos ali existentes.

Isso evitaria o uso da estrada atualmente existente, com 45 km, o sem qualquer revestimento, o que com chuvas, torna impossível o acesso.

Com a opção desse pequeno trecho, a distância permaneceria praticamente a mesma e com aproveitamento imediato de 27 km, de asfalto de BR-369.

Não obstante, os agricultores que buscam o seu financiamento nos Bancos de Cascavel poupariam alto consumo de combustível, poupando grandemente o seu precioso tempo, sem levarmos em conta, ainda, a existências em Cafelândia da Agência do Bamerindus, cujo movimento ultrapassou mais de 40 outras agências do mesmo Banco o que decisivamente demonstra a circulação de riquezas ali produzidas.

Vale mencionar, mais, a serventia que dará a Nova Aurora, que fica a cerca de 12 km de Cafelândia.

O interesse que move os municípios de Cascavel e Corbélia é manifesto não só pelos Senhores Deputados que representam essas comunidades, mas, também de modo especial, é preocupação do Sr. Prefeito Laudemir Turra, de Corbélia, através do seu ofício LT-049/77, expressando a urgência no atendimento dessa reivindicação, no trecho compreendido neste plano de lei.

Por outro lado, o distrito de Cafelândia d'Oeste, contando atualmente com mais de 5 mil eleitores e já preenchendo todos os requisitos para ser emancipado como um novo município paranaense, conforme ficou demonstrado em processo que se encontra tramitando, com o objetivo de concretizar essa elevação, pode ser apontado como fonte de maior produção agrícola em todo o oeste paranaense, merecendo, por todos esses meritos, a pronta atenção dos dirigentes de nosso Estado para que essa meta possa ser alcançada.”

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Estado como organismo jurídico político, criado através da evolução do ser humano, buscou uma fórmula para que os cidadãos que vivessem num determinado território, pudessem merecer, deste Estado, a tutela adequada para que ele pudesse, condignamente, de acordo com a sua racionalidade, de acordo com o seu espírito criativo, de acordo com sua inteligência, viver harmonicamente, com equilíbrio social.

O funcionalismo público do Estado do Paraná vê agora com atenção, com interesse, com expectativa, a marcha e a tramitação do projeto de lei que o Sr. Governador do Estado enviou para este Poder apreciar e, praticamente, só aprovar.

É sabido que pelo sistema constitucional vigente, não há liberdade plena no exercício das funções parlamentares ditadas pelo equilíbrio, pela harmonia e pela independência dos Poderes.

Por esta razão o Poder Legislativo castrado na sua segurança de trazer eficácia ao seu desempenho, não há condições constitucionais para que ele possa desenvolver um trabalho condigno com aquilo que o povo, espera, havendo confiado ao aos seus representantes um mandato para, em nome deles falar na construção, na instituição legislativa, ou legisferante.

Aqui, desta mesma tribuna, no ano passado, a partir da segunda metade das Sessões Legislativas, já anunciava que o Governo usaria do artifício da Constituição Federal para impor o limite do aumento básico do funcionalismo do Estado e, em entrevista concedida à imprensa paranaense, aludiu S. Exa., que o Governo do Paraná abriria uma fatura na independência de determinar a sua autonomia, segundo a minha interpretação, e que os funcionários do Estado, os servidores públicos deste Estado teriam um aumento superior ao médio, ou superior a todos os demais Estados.

Indagado por jornalistas, de que o Governo Federal teria conferido uma limitação, ou sugerido, ou recomendado uma limitação no aumento dos vencimentos e, a imprensa publicou que o Paraná, pela sua condição orçamentária, por sua condição de caixa — e, dito isto pelo eminente Líder do Governo aqui nesta Assembléia — que o Governo do Paraná não tinha problemas de ordem financeira na questão do aumento do funcionalismo.

Ora, vêem V. Exas. como bem disse e reafirmou aqui por várias vezes o Deputado Deni Lineu Schwartz, que os gerentes do Governo Federal e, aqui no Paraná, o gerente supremo do Poder Executivo do Paraná, usando dispositivos constitucionais, fala ele invocando a Constituição Federal, para justificar a limitação de 30 por cento básicos no aumento do funcionalismo.

Que as disposições constitucionais relativas à manutenção da despesa global em bases que ofereçam necessário equilíbrio do erário público.

Número dois e, invoco o artigo 64 da Constituição Federal e 34 da Estadual, as determinações da Carta Magna da Nação e da Legislação Federal aplicável à matéria.

Parece-me que o Estado, conquanto se fala em regime federativo, ou modelo federativo, em federação, parece que não tem nenhuma autonomia, se é que se submete ao crivo do Governo Federal.

O número três, a atual conjuntura financeira do Estado, bem como as dotações consignadas na Lei Orçamentária para o atendimento da despesa pessoal.

Ora, esta alegação, principalmente esta, não tem nenhuma procedência porque passaram aqui, nesta Assembléia, na Lei de Meios, recursos adequados para S. Exa. mobilizar as finanças e poder, com esse dispositivo manipular com verbas e adequar os setores que estão necessitando de provimento de numerário. As diretrizes, continua, e normas de política financeira adequada pela União e pela mesma recomendada para superação de dificuldades que momentaneamente afetam a economia nacional... Não me parece que seja também aplicada esta justificativa pelo fato dele já ter declinado, em entrevista, que não haveria problema no Paraná, recomendação para o Paraná e não seria só o Estado do Paraná, um Estado que capitaliza para as divisas desta grande Nação, só em agricultura, a metade do que se exporta. Só o Paraná. E continua ele, aliás, sofismou, datíssima vênha, sofismou porque naquela ocasião disse que eram princípios que não eram invocados, principalmente de diretrizes, de conjunturas e uma série de outras razões adjetivas que colocou na mensagem. Falou mais, que se pretendia iniciar a correção de algumas distorções verificadas e adiante diz: que com respeito à correção do achatamento salarial que distingue os níveis anteriores de remuneração, eu não vejo aqui nenhuma razão nem lógica nem de interpretação nem léxica, já que não tem, não houve correção do achatamento e sim o desencavalamento, acho que houve confusão dos técnicos burocráticos do nível um ao nível 11, conforme demonstrou em várias oportunidades o Sr. Deputado Maurício Fruet que vem também tratando da matéria há muito tempo. O nível 1, por exemplo, que poderá receber um mil e trinta cruzeiros, este e o nível 30, 4 mil e 423, isto para o Poder Executivo. O nível 30 correspondente, antes do nível 24 ao nível 30, correspondendo ao nível universitário e é justamente uma das razões o baixo salário-mínimo, uma das razões para a defasagem de capacitação no exercício de função. Esse fato, explica o Governador, de política financeira e salarial da União, de vez que a estas categorias mais elevadas se atribui aumento mais elevado concedido recentemente, aumento assemelhado ao concedido recentemente pelo Governo Federal aos seus servidores, servidores federais, desde que se equiparem a estes níveis para receberem, basicamente 17 a 22 mil cruzeiros. Portanto, há uma grande diferença entre o Estado e a União e quanto aos cargos em comissão e funções gratificadas, fartamente defendida pelo eminente Deputado Luiz Alberto

Oliveira, o que me parece, foi uma forma de tratamento em desigualdade, porque a esses, de cargos em comissão que têm direito e merecem uma consideração, mas em consonância com os demais que servem ao Estado, realmente o que aconteceu?

Foi uma proteção especial porque eles estão prestando serviços, ou às Chefias ou cargo em comissão de algum chefe.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência informa ao Sr. Deputado que o tempo que lhe era reservado esgotou e lhe concede dois minutos para concluir.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Obrigado, Sr. Presidente. Concluirei.

Eu nem apenas havia começado a introdução, mas eu deixo aqui registrado o desalento, Sr. Presidente, que os servidores do Estado estão vivendo. Há uma grande e indisfarçável deterioração salarial no Paraná e não se pode fazer compração com vários outros Estados, sobretudo Estados em que a situação econômica e financeira, em que a produção, o carregamento de divisas, os recursos de toda a ordem se igualam ao Estado do Paraná. É o caso de São Paulo, do Rio Grande do Sul, do Rio de Janeiro, invocados pelo Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira.

Eu deixo aqui profundamente aborrecido, consternado até, com essa medida de imposição que o Governo do Estado atribui à força da sua caneta, porque este Poder não tem condições constitucionais de dar base, de dar estrutura, de permitir que o funcionalismo público do Estado do Paraná receba os seus vencimentos condignamente conforme recebem, talvez, aqueles que prestam serviços nas autarquias fazendo até abuso de verbas que, muitas vezes, poderiam ser despendidas para o coitado e o empobrecido e o enfraquecido servidor do Estado do Paraná, servidor, de regra, estatutário.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência consulta a liderança do MDB se deseja usar dos quinze minutos atribuídos à bancada.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Vai usar, por delegação do Deputado Líder, o Sr. Deputado Deni Schwartz.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Com a palavra, o Sr. Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Há poucos dias ouvíamos, nesta Casa, a Mensagem do Sr. Governador do Estado, em que S. Exa. mais uma vez reafirmava que as bases econômicas deste Estado se baseiam na agricultura. Está este País indefinido, com uma política econômica indefinida, ao sabor dos interesses das multinacionais, a massacrar o Estado do Paraná. E eu, que venho de uma região agrícola, não poderia deixar de registrar nos Anais da Casa o que penso e o que pensam os agricultores da minha região.

Dois produtos estão sendo discutidos nesta Casa e dois produtos tipicamente paranaenses: o trigo e a soja.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Há que se dizer nas tribunas das Assembléias e do Congresso a verdade, o que há atrás das declarações de Ministros da chamada área econômica, e do Ministro da Agricultura que veio há poucos dias aqui. Há que se dizer, de viva voz que o trigo está com preço baixo para o agricultor por uma razão muito simples: porque no mercado internacional há uma superprodução. Nossos negócios com a Argentina nos propiciam um "superavit" na balança comercial e este Governo, que não faz política econômica para seu povo ao baixar o preço do trigo, ao tabelar um preço baixo nada mais faz do procurar importar trigo da Argentina e de outros países onde há superprodução, esquecendo que ele mesmo desde há cinco anos a esta data tem estimulado os homens do interior para que comprem terras, para que as destaquem, para que comprem as máquinas necessárias ao plantio e à colheita do trigo.

Então, fica a pergunta: às autoridades federais, o que farão os homens do nosso interior, com máquinas que ficarão ociosas, com tratores que serão ociosos, porque o preço não os estimula?

O Governo esquece do povo brasileiro e em especial do paranaense, porque lá, no exterior o preço é mais barato.

Trata a economia como um negociante o faz, lá quando procura comprar onde é mais barato. Esquece: o governo que ele estimulou, repito, a compra de terras, de máquinas, a destoca e enfim, todos meios e implementos que são necessários para a produção deste produto.

O Sr. Fidelcino Tolentino — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Deni Schwartz, gostaria de solicitar a V. Exa., um pequeno aparte, querendo colaborar no raciocínio de V. Exa. Houve uma polêmica acirrada dos grupos interessados, em que não se estabelecesse aqui no País, a PETROBRÁS.

E, o Governo quem sabe, pressionado por interesses alienígenas, buscou a criação daquela empresa, apenas, desenvolvendo o seu mister a longo prazo.

Ao invés, de fazer a prospecção do petróleo, que hoje, está sendo extraído do subsolo, seja da orla matrítima, seja do continente, está comprovada a existência e o Projeto Radan já definiu isso. Não se pode compreender "mutatis mutandis", como é que nós vamos deixar, como é que a agricultura pode adotar a mesma política, que depois de 20 anos se comprova que está absurdamente errado. Estimula-se o agricultor, Deputado, apenas para consumir tratores, apenas para consumir implementos, apenas para consumir, adubos e inseticidas, e outras formas de tecnologias de aplicação na agricultura, porque o agricultor não tem tempo de ficar aí observando a diretriz econômica do governo, para poder tomar uma posição. E eu quero lembrar, neste momento, Deputado Deni Schwartz, que estive recentemente no I Congresso Nacional de Arroz, no Rio Grande do Sul, e que graças a quatro pessoas, duas do Acordo do Café, e duas da Federação da Agricultura do Paraná, graças a isso, que o arroz do Paraná não seria marginalizado num Congresso que tem interesse nacional, quanto mais quando se trata do problema do trigo. Que as autoridades só aparecem para pedir produção, só aparecem para estimular o agricultor, homem simples e rude, via de regra, para concitá-lo à produção e aumentar os graneleiros, os empilhamentos de graneleiros, para que esse trigo, sobretudo o trigo, possa fazer o transporte para São Paulo e voltar para o Paraná, num passeio indiscriminado, atentador até à economia nacional.

Congratulo-me com V. Exa., porque agora já se fala também do confisco do soja, já se fala do confisco de tanta coisa. Por que não se confisca então, o problema do hortelã? Por que não se faz uma política nacional e adequada para todos os aspectos da agricultura?

Congratulo-me com V. Exa., Deputado, porque traz aqui, para esta tribuna, um tema que está aviltando o pobre trabalhador do campo.

Muito obrigado.

O Sr. Werner Wanderer — V. Exa. permite um aparte?

O SR. DENI SCHWARTZ — Um momento. Eu terei o prazer de conceder o aparte, após responder o aparte do nobre Deputado Fidelcino Tolentino.

E talvez a resposta melhor, é a que está inserida neste jornal há pouco distribuído nesta Casa, o jornal "Posição", sob o título: "A Soja e o Sonho" e que eu leio: "A soja se transformou no grande sonho do agricultor paranaense. Desapareceram as culturas de subsistência e outras, para dar lugar à soja. Ao agricultor, o sonho; às multinacionais, os lucros. Equipamentos, mecanização, insumos, comercialização; tudo está nas mãos do capital estrangeiro, que explora sob os aplausos de tecnocratas ingênuos".

Resume este trecho exatamente a mentalidade da política econômica deste País. E agora, como muito bem disse V. Exa., está nas manchetes dos jornais: ora o confisco, ora os desmentidos do confisco do soja. E é novamente o Paraná que

sangra, porque no Paraná, é que teremos uma safra recorde de soja. É novamente a economia deste Estado e de todos os paranaenses, que sofrerá.

Por isso, Srs. Deputados, as coisas precisam ser ditas mais diretas, principalmente, em defesa deste Estado que, se ainda tem uma economia um tanto dinâmica, se deve ao esforço único e exclusivo, dos paranaenses que vivem nesta terra. Não sei se sai o confisco do soja ou não, porque neste País de economia e política indefinida, talvez daqui a uma hora, nem economia, nem Congresso, nem Assembléia exista mais. Neste País em que vivemos, não sabemos o dia de amanhã. Talvez saia o confisco, para compensar as simonetas. Talvez saia o confisco, para enriquecer outros Estados. Mas sempre em desgraça deste Estado. E como bom paranaense e como bons paranaenses que são os Senhores, temos que defender a economia, a economia que é dos paranaenses.

Peço desculpa ao nobre Deputado Werner Wanderer, por ter me alongado e não lhe oferecido o aparte. Tem o aparte V. Exa.

O Sr. Werner Wanderer — Nobre Deputado Deni Schwartz, represento a região do Paraná que mais produz trigo e soja. Estava ouvindo as palavras do nobre Deputado Fidelcino Tolentino, e queria dizer que agricultura do nosso Estado, não vai tão ruim assim; porque o Governo com o mecanismo que adotou, criando as cooperativas para fazer frente às multinacionais, eu acho que, na região Oeste, onde o maior produtor de trigo e soja, nós hoje temos condições e estamos fazendo, combatendo essas multinacionais. E vamos mais além, fora os graneleiros nós pedimos agora, segunda-feira, para o Ministro da Agricultura, e para o Ribamar, quando estiverem em Cascavel, para que o Governo, não só financiasse armazéns, máquinas, mas também para sediar, em Cascavel, uma grande fábrica de óleo de soja, exatamente por vendermos ao exterior o produto já industrializado.

Sou contra o confisco da soja — e represento a maior região do Paraná.

Mas, gostaria que o nobre Deputado Deni Schwartz analisasse uma coisa: o Governo tem que fazer alguma coisa. Se o preço da saca de soja for a 400 cruzeiros, o Governo deve subsidiar o óleo que o nosso operário vai consumir. Mas, sou contra o confisco do soja.

Com relação ao trigo, o preço hoje, na Bolsa de Chicago, é de 100 cruzeiros a saca. O Governo fixou o preço mínimo de 170 cruzeiros. Mas não é só o preço mínimo que o Governo subsidia; subsidia 70 cruzeiros por saca de trigo e subsidia também os insumos, sem juros, para o agricultor pagar o financiamento ao Banco do Brasil, ao Banco do Estado, depois da colheita.

Então, quero dizer que a agricultura do Paraná não vai tão mal. Claro que o preço do trigo não é aquele que nosso agricultor deseja. Também acho que deveria ser melhor o preço.

Infelizmente, a política do Governo é essa. Já falamos ao Sr. Ministro da Agricultura que nosso agricultor talvez não vá plantar tanto quanto o ano passado. Mas, infelizmente, é essa a política do Governo.

O SR. DENI SCHWARTZ — Nobre Deputado, as últimas palavras de V. Exa. apoiam o que estou a dizer: infelizmente, a política do Governo é essa.

Mas, felizmente, temos voz para combater esse tipo de confisco. E é por isso que aqui estamos. Agradecemos o reconhecimento, por parte de V. Exa. que, infelizmente, as coisas estão mal, que as coisas estão erradas.

Agora, nossa estranheza: até as cooperativas, até os incentivos aos armazéns, são produtos das maquinações das multinacionais. Porque através das cooperativas propiciamos o armazenamento. O armazenamento que a SANBRA, a CARGIL teriam que ter. Mas, elas não correm risco algum, porque o risco é das cooperativas, do produtor. As multinacionais recebem o produ-

to limpo, armazenado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência que está esgotado o tempo regimental concedido a V. Exa. Concede-lhe, no entanto, mais 2 minutos para que V. Exa. conclua sua oração.

O SR. DENI SCHWARTZ — Peço perdão aos Srs. Deputados, mas faço um apelo para que voltemos ao assunto que é de muito interesse para o nosso Estado. Temos que achar uma solução e para isso aqui estamos.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência consulta a Liderança da ARENA se deseja usar o tempo que, regimentalmente, lhe é concedido.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Sr. Presidente, pode aparecer ortodoxo, mas concedo o tempo reservado à ARENA ao Sr. Osvaldo Macedo, do MDB.

O SR. OSVALDO MACEDO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Esta Assembléia, na palavra do Líder da ARENA nesta Casa, dá hoje uma demonstração de espírito democrático próprio do Legislativo.

Ao mesmo tempo que agradeço esta gentileza.

Queria pedir licença a esta Casa, a esta Presidência, para que desse oportunidade de, nestes 15 minutos, ouvíssemos a palavra daquele que está honrando o nome do Paraná e conquistando, galhardamente, e exercendo também galhardamente, a Liderança do Movimento Democrático Brasileiro na Câmara Federal, e que também já ocupou o mandato nesta Casa, já ocupou a tribuna desta Casa, que é o Deputado Alencar Furtado.

Pediria a esta Presidência para que deferisse, nestes 15 minutos, portanto, que a ARENA nos concede, à palavra do brilhante Deputado Federal que honra o Paraná, o Deputado Alencar Furtado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência não se pode furtar ao entendimento havido entre as 2 Lideranças, não só aceita que S. Exa. o Sr. Deputado Alencar Furtado, Líder do Movimento Democrático Brasileiro na Câmara Federal ocupe a tribuna, como faz votos de que a sua permanência nesta Casa seja o retorno ao convívio de todos quantos com ele, nesta Casa, lutaram pelos mais legítimos interesses da coletividade paranaense.

Com a palavra o Sr. Deputado Alencar Furtado.

O SR. ALENCAR FURTADO — Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Paraná.

Eminentes Deputados Estaduais.

Estou na minha casa. Saí daqui por delegação de nosso Estado para desincumbir-me de uma tarefa no plano nacional. Tenho dito, quando me perguntam das origens que tenho, que, sou paranaense, nascido no Ceará. Quatro tipos de filhos meus estão nesta terra. E a minha corrida política foi inteira aqui também. Temos todos homéricas responsabilidades, hoje.

Há uma temática e uma problemática nacionais, todas emprestando responsabilidade integral àqueles que possuem representatividade popular. Setores há que não crêem no Povo, que é a fonte legítima do Poder. Mas, todos os representantes do Povo, das Câmaras Municipais, às Assembléias Legislativas, ou ao Congresso Nacional, todos, da ARENA e do MDB, repugnam, rejeitam e repelem as manifestações que por força do arbítrio não legítima o povo como fonte legítima do Poder. E aqui estou numa Casa do Povo, Casa que foi minha ontem e a saudade cívica que me envolve e uma afetividade pessoal que tenho àqueles com quem convivi, me tem a Assembléia Legislativa do Paraná como coisa sua também, ou como pessoa sua também, e, não seria agora, no instante difícil da nacionalidade, quando todos convergem para soluções, procurando caminhos, nós, da Oposição deste País, dizemos como o poeta — “não somos pedras no caminho de ninguém, nós queremos ser caminhos nas pedras que temos a obstacular o nosso palmilhar”.

Nós temos uma responsabilidade de Nação; para nós, o Estado é meio, a Nação é fim. Para nós, o Estado é instrumento, o homem é a concepção maior da nossa legislação. Para nós, o Estado não é legislação, quando todos se curvam, inclusive, resignatariamente, dobrando a sua personalidade a serviço de alguns. Não, o Estado para nós, se confunde com a Nação, porque ele existe para servir, para ser meta, para ser destinação e fim de cada cidadão deste País. E, como sei que os nossos valorosos colegas da Aliança Renovadora Nacional têm na sua formação a legítima ação do poder que é o povo, quando sei que a bancada da ARENA desta Casa representa, legitimamente a sua gente, eu posso dizer, naturalmente, que as nossas emoções cívicas se confundem, porque MDB e ARENA se abraçam na fonte do Poder, que é o povo.

MDB e ARENA querem que este País viva os dias melhores de sua vida, a cada dia que passa seja um dia sempre melhor que outro; e, é por isso que, neste instante, Sr. Presidente, agradeço, penhorado, honrado, com o convite e com a generosidade de V. Exa. que nos destinou alguns minutos, preciosos minutos para eu que sou uma das figuras que faço questão de ser humilde na minha vida, e ser altivo, permanentemente, com o poder, porque ele precisa de ser, de travar diálogo de igual para igual, permanentemente, porque nas democracias não existe o rei ali em cima e o súdito lá embaixo. Nas democracias, o poder se iguala, poder de quem governa e poder do povo que faz com que o Governo governe.

Neste instante, em que somos todos iguais, num abraço amigo no qual minhas emoções se envolvem, eu entendo que nossa responsabilidade é comum.

Nós estamos vivendo dias difíceis, mas que a independência de cada um, a vitalidade, a virtualidade, a potencialidade, o desejo de afirmação de cada um, de público, pode concorrer como fator a mais para dias melhores deste País.

Não quero, neste instante, amigo e congrassador, dar notícias de setores trágicos da vida nacional.

Quero apenas dizer que precisamos nos unir pela democracia; precisamos nos unir para valorizar um povo que precisa e que deve participar sempre; precisamos nos unir porque temos uma tradição a defender, que são as liberdades públicas deste País.

Precisamos nos unir para que a Oposição e o Governo digam, à Nação de 110 milhões de criaturas, que somos todos iguais, que somos todos irmãos, que nesta Pátria não há ódios. Tem que haver amor nesta Pátria. MDB e ARENA, ARENA e MDB têm que se congregar para a causa comum do povo brasileiro. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 47 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projetos de lei de autoria do Sr. Deputado Jorge Sato, constantes do expediente. Necessitam de apoioamento. — **Apoiados.** — Irão à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria dos Srs. Deputados Fidelcino Tolentino e Lineu Turra, lido da tribuna. Necessita de apoioamento. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes, constantes do expediente. Necessita de apoioamento. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 132/76, de autoria do Sr. Deputado Fabiano Braga Cortes, que declara de utilidade pública, a Sociedade Beneficente dos Oficiais das Forças Armadas — SBOFA, com sede na cidade de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul. Com parecer favorável da CCJ., por una-

nimidade. Em regime de urgência. — Encerrada a discussão. — em votação.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — (Para encaminhar a votação)

Sr. Presidente, este projeto de autoria do Deputado Fabiano Braga Cortes, com o devido respeito à iniciativa do nobre Deputado, na justificativa, a entidade que se pretende declarar de utilidade pública, é uma sociedade civil beneficente, que tem por objetivo instituir pecúlio e montepio, além de participar de programas de filantropia. Pareceu estranho que uma sociedade que tem por objetivo pecúlio e montepio, naturalmente lidando na área econômica, merecesse o respaldo de ser declarada de utilidade pública. Absolutamente. Longe do entendimento de querer obstruir a pretensão do Deputado, mas eu não me convenci de que realmente, é uma questão até de foro íntimo, não me convenci de que realmente esta entidade necessitaria desta declaração, já que o costume faz a lei e essas entidades declaradas de Utilidade Pública se capacitam ao recebimento de verbas destinadas a esta finalidade.

Acontece que tem na sua justificativa essa declaração e a documentação, segundo fala aqui, já tem os requisitos da Legislação Federal e Estadual para a sua declaração. Nessas condições apresentamos o presente. Então eu não me convenço de que haja a necessidade de se aprovar projetos desta natureza.

Por essa razão, Sr. Presidente, eu vou votar contra esse projeto. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Em votação.

O SR. ENÉAS FARIA — Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Para encaminhar a votação, concedo a palavra, ao Sr. Deputado Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA — Tem, Sr. Presidente, essa nossa intenção um sentido tão só, de mais uma vez justificar posição que adotamos como membro da Comissão de Constituição e Justiça, que exarou parecer favorável e por unanimidade. Relatou a matéria o eminente companheiro de bancada, o Deputado Deni Schwartz. Há que se ver e se atentar, Sr. Presidente, e aqui apenas a ressalva que queremos fazer, até mesmo como uma homenagem ao Deputado Fidelcino Tolentino, de que as atribuições têm também os seus limites, de que as prerrogativas têm também os seus contornos e que além desse passo mais nenhum passo poderia dar. Por isso assim procedeu o relator, assim procederam os membros, endossando-lhe no Relatório que apresentaram.

E por isso fomos favoráveis à aprovação dessa matéria na parte constitucional e legal. Por isso emprestamos o nosso apoio, tão só e apenas para deixar à Comissão Técnica específica que procedesse à análise de mérito, à análise das finalidades e para que afinal esse Plenário, com a sua soberania, com o seu tirocínio e a sua independência pudesse, afinal, trazer o veredito capaz de dar trânsito ou impedir o trânsito da matéria.

Era apenas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, como homenagem ao Deputado Fidelcino Tolentino, que traria esses esclarecimentos à nossa ação, apenas quanto à ordem constitucional e legal. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Continua em votação. — Aprovado.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Ernesto Gnoato, constante do expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Secretário de Educação e Cultura, no sentido de que seja providenciada a construção de um colégio de alvenaria, no Bairro Catarinense, município de Francisco Alves. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, constantes do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei número 12/77. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli,

constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Sérgio de Lara. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Waldenício Barbalho, com o apoio do Sr. Deputado Wilson Fortes, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Otávio Borin. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Gabriel Sampaio, constante do expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que determine providências junto às autoridades competentes, objetivando o encontro de solução que venha dar fim ao impasse surgido com a assinatura do Decreto número 78.986. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, constante do expediente, solicitando seja encaminhado seu pronunciamento feito da tribuna aos Srs. Presidente do IBC e Secretário da Agricultura, no sentido de que tome as providências cabíveis. — Em discussão.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa dos pronunciamentos dos Srs. Presidente da República e Ministro da Justiça, por ocasião da passagem do 3º aniversário do atual governo. — APROVADO. — (Os pronunciamentos acham-se publicados no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do expediente, solicitando voto de aplausos à campanha "Nossa Cidade Mais Humana", liderada pelo Lyons Club e Rotary Club locais, com o apoio do Sr. Prefeito Municipal. — Em discussão.

O SR. ENÉAS FARIA — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Fica adiada a discussão para a próxima sessão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Diretor Presidente do Banco do Estado do Paraná S/A., encarecendo urgente instalação de uma agência do referido estabelecimento de crédito. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de incluir no projeto de pavimentação asfáltica Palmeira-Ponta Grossa, o acesso ligando a cidade de Palmeira à BR-277. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, lido da tribuna, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Presidente da República, bem como ao Sr. Presidente do IBDF, no sentido de que seja revogado o Decreto Lei número 1503. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Gabriel Sampaio, constante do expediente, solicitando seja enviado expediente à Comissão de Turismo da Câmara dos Deputados, no sentido de que sejam efetuados estudos, objetivando a possibilidade de vir a ser realizado na cidade de Foz do Iguaçu, o Primeiro Campeonato Mundial de Tiro ao Pombo. — Em discussão. — Encerrada a discussão. — Em votação.

O SR. NILSO SGUAREZI — Peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi, para encaminhar a votação.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. O eminente Deputado Gabriel Sampaio, no seu requerimento, pretende da Comissão de Turismo da Câmara dos Deputados, que envide esforços para ser realizado em Foz do Iguaçu, o Primeiro Campeonato Mundial de Tiro ao Pombo.

Na sua justificativa, o eminente Deputado afirma que a

Nação terá lucros, face ao grande número de turistas que aportarão ao Brasil, porque está prevista a participação de mais de 500 atiradores, entre os quais, inclusive, o Rei da Espanha, que teria confirmado a sua presença; isto significaria divisas para a Nação.

Todavia, Sr. Presidente, parece-me que esta Assembléia face às manifestações generalizadas de toda a Nação Brasileira, não pode endossar este requerimento. Porque, primeiro, a própria justificativa do requerimento traz uma contradição: se se trarão dólares, com a presença de visitantes, o fantástico é que vão se importar pombos da Espanha e da Argentina para a matança; o que não pode deixar de contrariar a política econômica do Governo, do supérfluo. Importa-se tudo, só falta importar pombos, neste país, para se patrocinar um espetáculo de desumanidade.

Mas não seriam apenas estas as razões que nos levam a discordar, data venia, o brilhantismo do Deputado, mas achamos infeliz a oportunidade, que é um esporte eminentemente de elite, de uma burguesia privilegiada; um esporte de reis e de rainhas. Porque a maioria do povo brasileiro, a grande massa do povo brasileiro não tem dinheiro para comprar uma espingarda para praticar tiro ao alvo. Além de ser uma deseducação, porque leva o povo a praticar um esporte que visa despertar a periculosidade. Não é verdade que outros países querem dar impulso à energia nuclear, porque o próprio Ministério da Educação — e vai uma crítica ao Ministério da Educação — quando distribui verbas ao esporte brasileiro e ao tiro ao alvo concede a verba fabulosa, de 4 milhões e 97 mil; e ao ciclismo, pasmem os senhores, ao ciclismo, quando se devia estimular o ciclismo, uma das formas de se poupar energia e combustível, se distribui apenas 600 mil cruzeiros. Põe-se mais verba para o tiro ao alvo, do que para a natação, do que para o ciclismo, do que para a ginástica; estes esportes sim, educam realmente a nossa juventude.

Portanto, eminente Deputado Luiz Gabriel Sampaio, desculpe-me discordar de V. Exa. nesta oportunidade, mas me baseio nas manifestações generalizadas da população brasileira. Diuturnamente os jornais estão publicando cartas das sociedades de proteção às aves, de proteção aos animais. Tenho em mãos aqui, uma carta publicada no Diário, ou melhor, no jornal "O Estado do Paraná", da última semana, e que passo a efetuar a leitura:

A endereçante da carta é Maria Luísa B. Merkle, de Curitiba. (Lê):

"Recebeu a Sociedade Protetora dos Animais de Curitiba, indagações por quê ainda não se manifestou publicamente sobre o Campeonato de Tiro ao Pombo.

Digo publicamente porque, logo que recebeu a notícia em outubro do ano passado, a sua ação imediata foi entrar em comunicação com associações congêneres, as quais em ação conjunta estenderam as suas atividades diretamente às altas autoridades em Brasília — do Senado e da Câmara Federal.

E ainda, isoladamente, a Protetora dirigiu cartas e ofícios a senadores e deputados conhecidos como defensores da natureza e dos animais, solicitando o seu empenho para que haja leis que proibam definitivamente no país as lutas entre animais para gáudio dos espectadores, quais sejam as rinhas de galos e de canários; dos espetáculos deprimentes de esartejamento de baleias; da mantança a pauladas de tartarugas no Litoral Norte; da caça às rãs úteis, do brejo e que são servidas aos milhares em restaurantes, como petisco; e principalmente do cancelamento do Artigo número 06, da Lei 5197, de 03/01/67, que permite o tiro ao voo e a sociedades "esportivas".

Se bem que publicidade seja útil, nosso empenho foi ir diretamente a quem poderá legislar a respeito.

Mas sem dúvida alguma, a melhor conscientização foi alcançada pelo programa da TV Globo, com a entrevista de Juca Chaves e da Sra. Claudie Dunin, condenando sumariamente

esse "esporte" de matança em massa.

Por isso, não se eximiu a professora de lhes enviar os agradecimentos merecidos por tão brilhante defesa que tornou o assunto um problema de âmbito nacional.

Aqui em Curitiba nos limitamos a colher adesões por meio de abaixo-assinados do povo, que logo compreendeu a necessidade de um movimento contra a brutalidade crescente, em nada favorável à formação da nossa juventude".

E o jornal "O Estado de São Paulo", em sua página 22, de ontem, diz o seguinte:

"O Clube de Caça e Pesca de Caxias do Sul realizou no fim da semana conforme estava programado, um torneio de tiro ao pombo em que foram mortas mais de mil aves.

Encerrado o torneio, distribuídas as medalhas de ouro e realizado um grande churrasco comemorativo, alguns atiradores procuraram justificar-se, argumentando que o tiro ao pombo não é um esporte como outro qualquer. Remo Marcucci, vereador pela ARENA de Caxias do Sul, além de conhecido caçador, explicou que em nenhum momento o Clube de Caça e Pesca preocupou-se com a proibição do Ministério da Educação que impediu a realização do campeonato de Foz do Iguaçu. "Por que preocupar-nos se a tal proibição sequer foi publicada no Diário Oficial?", pergunta Marcucci, observando a seguir: "É estranho que se fale tanto de um torneio de tiro ao pombo e muito pouco sobre a situação de crianças que morrem de fome no Nordeste. Ou sobre as pessoas que vivem na miséria embaixo de pontes. Ou ainda sobre o uso cada vez maior de tóxicos".

Por outro lado, a presidente da Associação de Proteção aos Animais, Palmira Baggi, enviou ao Ministro Ney Braga, da Educação, uma relação, uma relação nominal dos 30 atiradores que participaram do torneio de Caxias do Sul, solicitando sua punição e citando a proibição do Ministério em relação ao campeonato que seria realizado em Foz do Iguaçu.

De qualquer maneira, seja qual for a atitude do Ministério, a matança já foi realizada, e com grande satisfação por parte dos participantes.

Um deles entre um tiro e outro, lembrou-se de uma falha dos organizadores do torneio. Dirigindo-se a Vasco Ballen, presidente da entidade, observou: "Da próxima vez deveremos enviar um convite ao Ministro da Educação para que participe dos nossos campeonatos".

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Em Caxias do Sul ainda mataram pombos nacionais. Mas, importar pombos, neste País, como bem disse o Vereador da ARENA, onde morrem crianças de fome, para servirem de alvo para um esporte nada educativo, como é o "tiro ao pombo", isso é demais.

Acredito que uma Nação pacifista como a nossa, humana como a nossa, não pode propiciar um espetáculo deprimente como é esse.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Continua em votação. O SR. LUIZ GABRIEL SAMPAIO — (Para encaminhar a votação).

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Devo dirigir-me ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi e dizer que a solicitação foi feita por nós, através de carta do Coordenador de Relações Públicas de Foz do Iguaçu, com relação a esse expediente.

Em segundo lugar, devo esclarecer alguns pontos. Evidentemente que não vou me colocar, nesta Assembléia e perante o povo do Paraná, como um homem contra os animais. Traria a ira de toda a sociedade que os protege neste Estado e neste País. Porém isto se reveste de características especiais porque são animais selvagens, é como se matassem perus ou galinhas.

São criados especialmente para servir de alvo, como realmente falou o Deputado, mas visando a alimentação. Evidente que seria contra se fosse animais silvestres, animais selvagens,

que devem merecer a proteção não só da Sociedade de Proteção aos Animais, mas de todos os brasileiros, de todas as pessoas deste País e deste mundo.

Mas sou contra, como se realizou recentemente, sem nenhuma providência ministerial — e vai aqui a minha crítica pessoal ao assunto — a pesca do Dourado, num campeonato feito, este sim, merecendo a nossa atenção e a nossa proteção. Porque é um peixe que, se não for dada uma legislação especial, ele terá a sua extinção em poucos anos nos rios deste País., que tem um índice de piscosidade dos mais elevados. Mas, que se não forem protegidos, estes sim, receberão o extermínio dos pescadores que fazem do esporte uma forma de destruir a vida selvagem animal.

Portanto, os pombos, argumentou o nobre Deputado, que seriam importados, serão doados, talvez venham até voando, eu não sei. Mas, não terá, evidentemente, nenhuma despesa em dólares para o País. Dólares trarão os 450 atiradores burgueses, sim. E, que venha ao nosso País esta burguesia, trazer alguns talvez poucos dólares, para que possamos, com estes dólares, estes sim, dos burgueses internacionais, dos filhos de reis e rainhas, apagarmos um pouco a fome do Nordeste. Eu concordo, e é por esta razão fizemos o requerimento, para que os burgueses tragam o dinheiro para que possamos mandar ao Nordeste do País, para que menos crianças morram, para que o índice de mortalidade infantil baixe.

É um esporte da burguesia, e queremos que os dólares venham para este País.

Portanto, Sr. Deputado, eu sou um amigo dos animais. Fui escoteiro na minha juventude, amo os animais e as plantas, como devem amar todos os bons representantes do povo. Sou contra tudo aquilo que tira a vida animal, dos selvagens, daqueles que merecem proteção. Mas, daqueles que são criados, como os perus, as galinhas, as codornas, hoje em viveiros, estes sim podem ser consumidos através do dinheiro farto da burguesia internacional.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Em votação. Os Srs.

Deputados que aprovam, queiram permanecer como estão.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado Valter Pietrângelo.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Em que pese a argumentação interessante do Sr. Deputado Luiz Gabriel Sampaio, Sr. Presidente, entendo que o mundo sofre realmente. Não é problema econômico, administrativo ou de ordem política. Acho que o problema do Planeta, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é exatamente crise de filosofia, crise de preparo espiritual, mental e, como dizia há poucos instantes o Líder do MDB na Câmara dos Deputados, o Deputado Federal Alencar Furtado, está havendo crise de amor, de fraternidade.

E o Deputado Alencar Furtado chegou, inclusive, a transformar este sentido da sua oratória num apelo, num brado, num grito. Ora, justificando com o PND, Produto Nacional Bruto, o que é que se faz? Se agride a natureza. Se ameaça o futuro da humanidade, com o desequilíbrio ecológico alarmante, assustador. Sr. Presidente, eu entendo particularmente que a humanidade precisa deixar de ser bruta e grotesca. Compreendo que este tipo de esporte sanguinário, assim como a briga de galos, a briga de pássaros, só pode receber a preferência e aplausos das criaturas insensíveis e destituídas de um sentimento maior de amor e de fraternidade.

Matar por esporte é assassinar, Sr. Presidente, e, aqui cabe bem lembrar as palavras de um mestre decantado pelas nossas doutrinas — Francisco de Assis — que chamou e mostrou que todos nós somos irmãos, apesar da escala evolutiva em que nos encontramos: o homem, o pássaro; o homem, o animal irracional; o homem da vida vegetal e o homem em relação à vida

mineral.

O meu protesto, Sr. Presidente, e meu voto contrário, consciente, de que há outras fórmulas humanas decentes e superiores de se procurar dólares, de se procurar recursos econômicos para atender a nossa gente que passa fome, que vive na miséria.

Sr. Presidente, concluo as minhas palavras reafirmando que sou visceralmente, espiritualmente contrário a este tipo de esporte, assim como todos aqueles que têm as mesmas características, briga de galo, briga de canários etc. São pessoas sádicas e insensíveis que deviam se preocupar com caminhos mais honrosos e mais nobres de se educar as consciências, de se irmanar as criaturas para que possamos, realmente, combater causas e acabar com esta bridadeira imbecil e estúpida do homem estar procurando combater os efeitos.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezzi, no seguinte teor: (Lê):

“Senhor Presidente.

O requerente solicita votação nominal para o requerimento do Deputado Gabriel Sampaio, que trata do I Campeonato Mundial de Tiro ao Pombo.

Sala das Sessões, em 17 de março de 1977.

(a) NILSO SGUAREZI”

— Em votação o requerimento que acaba de ser lido. — APROVADO.

O Sr. 1º Secretário fará a chamada nominal dos Srs. Deputados. Quem votar favoravelmente ao requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Gabriel Sampaio, responderá SIM. Quem votar contrariamente ao requerimento, deverá votar NÃO. O Sr. 1º Secretário fará a chamada dos Srs. Deputados, para votação.

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados, para a votação).

O SR. 1º SECRETÁRIO — (Procede a chamada nominal).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — 13 Srs. Deputados votaram “Sim”. 20 Srs. Deputados votaram “não”. Rejeitado o requerimento.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando seja encaminhado sugestões e apelos à Presidência da Associação dos Municípios do Paraná. — Em discussão. — Encerrada a discussão. — Em votação.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Para encaminhar a votação Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Gilberto Carvalho.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado autor do requerimento.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Sr. Presidente, com a devida compreensão de V. Exa. e do Plenário, eu gostaria de retirar o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência atende a solicitação do Sr. Deputado Valter Pietrângelo e retira o requerimento que pretendia enviar sugestões ao Sr. Presidente da Associação dos Municípios do Paraná. — Retirado o requerimento.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando voto de congratulações ao Sr. General Adalberto Massa, pelos cinco anos de permanência à frente da Delegacia Regional do Trabalho em nosso Estado. — Em discussão.

O SR. OSVALDO MACEDO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Deputado Osvaldo Macedo.

O SR. OSVALDO MACEDO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Tenho, pessoalmente, o maior respeito pelo Deputado José Lázaro Dumont. Lamento profundamente que ele não esteja presente à sessão de hoje para ouvir as razões, pelas quais somos contra à miúde e por inteiro ao voto de congratulação que ele requer, deste Poder, ao Sr. General Adalberto Massa, pelos cinco anos de permanência à frente da Delegacia Regional do Trabalho em nosso Estado.

Em seu requerimento, assim justifica o Deputado José Lázaro Dumont. (Lê a justificativa).

Não vi nenhum mérito nesta justificativa. O Sr. General Adalberto Massa está realmente há cinco anos à testa da Delegacia Regional do Trabalho. Os mandatos são sempre de quatro anos, mas ele já está há cinco na Delegacia Regional do Trabalho. Não vejo nenhum mérito na sua pessoa, até pelo contrário tenho visto deméritos.

Já por uma vez ocupei esta tribuna para criticá-lo, para dizer que não podemos elogiar, enaltecer e nos congratular com um Delegado do Trabalho que passa a ser o avalista e o mantenedor de uma situação contrária aos interesses dos trabalhadores da nossa terra, que silencia Sindicatos de Trabalhadores, que corrompe líderes sindicais; que silencia pela intimidação e pela pressão os líderes sindicais de nossa terra.

Tenho provas disso. O Sr. General Adalberto Massa que com um sinecura, após a sua reserva, recebeu a Delegação Regional do Trabalho, no Paraná, tem usado desse cargo simplesmente, para fazer política partidária e para pressionar a incautos e despreparados dirigentes trabalhistas. Ainda há pouco tempo, tivemos eleições municipais no Paraná, e esse delegado, General Adalberto Massa, saiu pelo Paraná, não para defender o trabalhador, não para exigir o cumprimento da legislação trabalhista, mas, para pressionar líderes sindicais que se propunham a ser candidatos pelo partido da oposição para que não o fizessem.

Enquanto isso, estimulava líderes sindicais sem qualquer base, sem qualquer apoio popular, a ser candidato pelo partido da situação, sob a alegação de que ele, Gal. Adalberto Massa, pretendia com a continuação da sua sinecura, ser também deputado federal.

Foi à cidade de Telêmaco Borba, e pressionou um líder sindical, a que não fosse candidato a Prefeito. Foi à cidade de Londrina e pressionou um líder sindical a que não fosse candidato a vereador. Foi à cidade de Mandaguari e pressionou outro líder sindical a que não fosse candidato a prefeito, chegando a ponto até de, como Delegado do Trabalho, forjar uma intervenção no sindicato daquela cidade. Este Delegado do Trabalho, que participa de banquetes e de festividades, com falsos líderes sindicais, e que nem se dá ao respeito, porque passou a ser, ouso dizer, e respondo pelo que digo, uma figura até ridícula no Paraná. Excessivamente ridícula no Paraná. Não pode merecer, o louvor desta Assembléia e deste Poder.

Ainda há pouco, tivemos eleições no Sindicato de Ensaçadores de Maringá, e porque a facção contrária que ousa contestar este delegado, foi vitoriosa, porque contou com o apoio das bases e das massas, o General Massa foi contrário, e nada mais fez, do que anular aquela eleição, para ver se a facção que lhe rende homenagens, que lhe beija os pés, pode vir a ser vitoriosa numa próxima eleição.

Por quê? Porque congratular-nos com os cinco anos de permanência deste cidadão, à testa da Delegacia do Trabalho, quando nós sabemos que a legislação do trabalho no Paraná, não tem quem por ela responda; não tem quem fiscalize o cumprimento da legislação do trabalho neste Estado, é que não está o Deputado Lázaro Dumont, meu amigo a quem respeito, mas, se ele aqui estivesse gostaria que ele respondesse à pergunta que formularia agora; gostaria que ele respondesse se por acaso, o "bóia-fria" de Mirassol ou de Jacarezinho, estaria de acordo com o voto de louvor que se apresenta ao Delegado do

Trabalho; se o cortador de cana, lá de Bandeirantes, onde sindicato não tem, para defender seus direitos e interesses, estaria de acordo com este voto de congratulações; se o metalúrgico de Ponta Grossa, e o pedreiro de Curitiba, está de acordo em louvar e congratular-se com esse cidadão que, por interesse e talvez já pensando na sua manutenção do cargo, pretende um voto de louvor desta Assembléia. Não, eles não estão, porque já não há ninguém, que Ministério do Trabalho, que de trabalho não tem nada.

Ainda há pouco, este Ministério do Trabalho, dizia que não há desemprego no Brasil. E o desemprego grita e assombra as famílias dos trabalhadores, assombra as famílias dos lares paranaenses.

Já no ano passado anunciei aqui, o mal que a COPEL praticava contra trabalhadores em Londrina. E que foi levado ao conhecimento do Sr. Delegado do Trabalho que, simplesmente, cruzou os braços.

Estão aí, os cortadores de cana de Porecatu e de Bandeirantes, desempregados, nesta fase em que acabou a colheita, e não vejo o Delegado do Trabalho do Paraná, a defendê-los.

Está aí, mais de 10 por cento da população trabalhadora do Paraná, que não tem ainda os registros junto às empresas em que trabalham e que não têm a Delegacia do Trabalho, a fiscalizar para garantir os seus direitos.

Estão aí, mais de 10 por cento da população trabalhadora do Paraná, que percebe menos que o salário mínimo e que não tem uma Delegacia do Trabalho, para fazer com que as empresas cumpram a lei, respeitem a lei e paguem o salário-mínimo a quem trabalha. Estão aí os trabalhadores dos postos de gasolina, que não recebem o adicional de periculosidade e muitas outras empresas, sem que a Delegacia do Trabalho cumpra com a sua obrigação.

Louvá-lo por quê?

Congratularmo-nos com ele, por quê? Simplesmente, porque é um General e está na Delegacia do Trabalho? Não. Não é possível com o meu voto, não é possível com a minha concordância, não é possível sem o meu protesto. E esta Casa não pode servir de trampolim, ou para satisfazer interesses menos dignos de determinadas pessoas que pretendem se manter no cargo, que pretendem o aval da Casa política do Paraná, para mostrar lá em cima, para mostrar às autoridades, que detém poder em nosso Estado.

O meu respeito, o meu apoio, a minha concordância, esse General Massa não tem, não tem, como não tem este Governo cuja política trabalhista, cuja política sindical contraria os mais legítimos interesses de minha terra.

Não posso concordar.

Não concordarei e votarei contra, porque a Delegacia do Trabalho aí está para defender os interesses do trabalhador; surgiu o Direito do Trabalho justamente por isso, para equilibrar pessoas economicamente desiguais.

E ainda há pouco tempo — vou contar esse episódio a esta Assembléia para testemunhar a estatura do cidadão que responde pela Secretaria Regional do Trabalho, no Paraná. Chegou a um ponto que até defender os direitos mais elementares dos trabalhadores de nossa terra já chegou a ser temeroso. Um advogado novo, a começar sua profissão, com idealismo, com seriedade, foi para uma cidade dominada por uma indústria, por uma única empresa, e se dispôs a procurar a justiça para defender o direito dos trabalhadores daquela empresa. Logo depois, tendo em vista a confiança que os trabalhadores daquela cidade demonstraram naquele profissional, mesmo vilependido, mesmo emasculado, o Sindicato dos Trabalhadores viu-se obrigado a contratar os serviços daquele profissional. E ele passou a defender os interesses daqueles trabalhadores.

Eis que, de repente, esse profissional é pressionado pelo General Delegado do Trabalho para que parasse, sob a alegação de que aquilo era agitação. Agitação por quê? A Justiça decidirá.

São homens com 20, 30 anos de trabalho, que aquela empresa pretende jogar na rua da amargura, pretende tirar a segurança do seu trabalhador, pretende transferir para outra empresa, por um golpe, para tirar-lhes o direito de 30 anos.

E aquele advogado disse ao Sr. General Adalberto Massa: "Não acredita em mim? O Sr. tem fiscais de trabalho em sua Delegacia, mande que os fiscais se dirijam àquela cidade, fiscalizem aquela empresa, para verificar se aquela empresa está, ou não está, cumprindo a legislação trabalhista". E o General disse: "É o que farei". Mas, na mesma hora, telefonou para os dirigentes daquela empresa e disse: "Vou mandar fiscalizar a sua empresa, precavem-se, cuidem-se".

De fato, ele mandou os fiscais àquela cidade. Mesmo com aviso, foram os fiscais do trabalho — e esses são honestos — fiscalizaram e constataram irregularidades flagrantes. Aquela empresa, por exemplo, tem supermercado que vende produtos para os trabalhadores. E só no dia em que chegaram ali os fiscais, 33 produtos baixaram de preço, como por milagre. O feijão que ali era vendido a 12 cruzeiros o quilo, naquele dia, baixou para 9 cruzeiros!

E aquela empresa que cobrava, sem poder cobrar, taxa de aluguel de seus empregados, sob o pretexto, ou sob a rubrica de "areia lavada", como se estivesse vendendo, no contra cheque, "areia lavada", para seus empregados. Havia empregados que compravam 300, 500, 700 cruzeiros, por mês, de "areia lavada".

Todos eles teriam hoje, de tanta areia lavada que compraram, as maiores construções daquele município. Eles, que nem casa têm para morar.

Mesmo assim, aquela empresa foi multada em 1 milhão e 200 mil cruzeiros. Não sei que entendimento terá agora a empresa com o Delegado de Trabalho que teve a liberdade de telefonar para o dirigente. Os dois devem se entender. Talvez esta multa se transforme em nada e os direitos dos trabalhadores continuem sendo sacrificados, menosprezados e desrespeitados.

Mas é esta a realidade que nós temos no Paraná. Um Delegado do Trabalho que nada delega. Um Delegado do Trabalho que nada fiscaliza. Um Delegado do Trabalho que se esmera em se promover pessoalmente. Um Delegado do Trabalho que desrespeita as lideranças sindicais e obriga os sindicatos a colocarem a sua fotografia em suas sedes. Convoco, repito e convido aos membros desta Casa a visitarem sindicato por sindicato do Paraná para verificarem se lá, antes da fotografia do Presidente da República, antes da fotografia do Sr. Ministro do Trabalho, também não encontrarão. Mas, encontrarão a fotografia ridícula do Gal. Adalberto Massa.

Concedo o aparte ao Sr. Deputado Valter Pietrângelo. O Sr. Valter Pietrângelo — Com o meu voto, também não vai ser possível, Deputado Osvaldo Macedo. O Sr. Adalberto Massa é um dirigente prepotente a ameaçar e usar, realmente, a opressão, contra interesses legítimos e justos de sindicatos. E, eu tenho provas, se esta Casa desejar, ou se o próprio Gal. Adalberto Massa desejar, porque isto ocorreu já e, V. Exa. citou, inclusive, um sindicato da minha cidade de Maringá, da cidade de Guaíra, mais precisamente, essas duas. Das outras opressões etc., eu não tenho provas. Mas dessas duas, nós temos. É um cidadão que faz os seus ouvidos de mercador.

O Sr. Gal. Adalberto Massa tem uma habilidade extraordinária para escorregar as coisas, a sair pelas tangentes, a se desviar e transferir problemas e agir por trás das cortinas.

Eu tenho, aqui no meu gabinete, na minha cela, nesta Assembléia, mais caracteristicamente, ofícios que recebi já do Sr. Gal. Adalberto Massa. É uma barbaridade. O homem foge, realmente e velozmente, das responsabilidades que deveria ter e, é por isso, Sr. Deputado Osvaldo Macedo, que endosso as suas palavras e não votarei, não votarei mesmo, uma mensagem deste tipo a um cidadão que não merece, que não tem demonstrado qualidades no serviço que está.

Não duvido, absolutamente, que seja uma criatura de bem, um excelente chefe de família.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Sr. Deputado Osvaldo Macedo, a Presidência entende que não deve estar em julgamento a personalidade do Titular da Delegacia Regional do Trabalho, em Curitiba. Quer me parecer que este Plenário está discutindo o mérito do requerimento apresentado pelo Sr. Deputado Lázaro Dumont, sem que haja, na atitude da Presidência nenhum desrespeito à função parlamentar dos Srs. Deputados, solicita da Taquigrafia que expunja as palavras que possam ser consideradas ofensivas à dignidade pessoal do cidadão brasileiro Adalberto Massa.

Continua com a palavra o Sr. Deputado Osvaldo Macedo.

O SR. OSVALDO MACEDO — Sr. Presidente, em primeiro lugar, julgo desnecessária a observação feita por essa Presidência e, o faço respeitosamente.

Em primeiro lugar, Sr. Presidente, porque não discuto aqui, a pessoa individual de ninguém. Discuto, aqui, uma pessoa que está no exercício de suas funções e por tudo que disse, responderei.

Medi muito bem as palavras que deveria usar e encareço, requeiro e peço a essa Presidência que nenhuma palavra que usei seja expungida da taquigrafia, pessoalmente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência não pode e não deve dialogar com V. Exa. que está na tribuna e quer lhe assegurar o direito de usar a palavra; todavia, a expressão usada neste plenário e não foi usada por V. Exa. e nem a Presidência fez menção ao nome de V. Exa., realmente pode ser considerada pela Presidência como ofensiva, não aceita como própria a expressão que atribui à personalidade do General, de megalomaniaco, razão pela qual a Presidência se acha no direito de solicitar que se expunja das notas taquigráficas esta ou outra expressão que pode ser considerada ofensiva. Tem a palavra o nobre Deputado Osvaldo Macedo.

O SR. OSVALDO MACEDO — Posso, Sr. Presidente, concordar com a sua providência, muito embora concorde com V. Exa., mas quando me propuz a discutir o requerimento do Sr. Deputado Lázaro Dumont, eu o fiz em respeito ao trabalhador anônimo da nossa terra, que pode não ler jornais, que pode não assistir a programas de televisão.

O Sr. José Domingos Scarpelini — Eu pedi um aparte a V. Exa. e V. Exa. não me concede?

O SR. OSVALDO MACEDO — Concederei. Pode V. Exa. não ter notícia desta sessão da Assembléia, mas que nem por isso me negará o direito e me furtará ao dever às considerações que julgo oportunas e válidas e, portanto, não pode permitir que este Poder, como Poder congratule-se com quem congratulações não merece. Considero e ouço o nobre Deputado José Domingos Scarpelini.

O Sr. José Domingos Scarpelini — Ouvi e os Anais da Casa são testemunhas que há um ano e meio, aproximadamente, V. Exa. tomava conta da tribuna e usando do grande verbo que V. Exa. é possuidor e a Casa não desconhece, na oportunidade defendendo o trabalhador do Paraná mais propriamente as zeladoras de grupo escolar, do interior e da Capital do Paraná. V. Exa. na oportunidade, disse que as zeladoras ganhavam o mísero 50 por cento do salário-mínimo e que V. Exa. iria propor, caso não fosse reajustado para um salário-mínimo, a interdição do Estado do Paraná e V. Exa. daí para cá não voltou à tribuna para esclarecer se as zeladoras passaram a ganhar o salário-mínimo ou porque V. Exa. não pediu a interdição do Estado. V. Exa., nobre Deputado Osvaldo Macedo, na discussão de um requerimento de congratulações ao Chefe do Trabalhador do Estado, denuncia nesta Casa de uma maneira até chocante os fatos que deveriam ter sido trazidos aqui por V. Exa., não só agora no momento em que se discute o requerimento. Mas V. Exa. se quisesse mesmo zelar pelos interesses do trabalhador do Estado,

per que não trouxe essas denúncias em outra oportunidade a não ser agora só por ocasião da discussão deste requerimento, nobre Deputado?

V. Exa. falou dos sindicatos, das pressões que os sindicatos dos trabalhadores rurais do Paraná receberam nas eleições.

Nós tivemos em Mandaguari um candidato a prefeito, pelo MDB, que era presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mandaguari; nós tivemos em Apucarana um candidato a prefeito lançado pelo Deputado Federal Álvaro Dias e pela outra corrente do MDB que era advogado dos trabalhadores rurais de Apucarana.

Cabe é nominar os sindicatos onde houve as pressões.

V. Exa. se referiu a um telefonema feito pelo Delegado do Trabalho a uma empresa.

Gostaria de saber se os telefonemas são sigilosos ou não; quem é que poderia ter dado a informação a V. Exa. que o Delegado teria telefonado à empresa ou é mera suposição de V. Exa., nobre Deputado...

Se nas denúncias feitas por V. Exa., neste momento, nominar e apontar as provas, cabe sim, encaminhar ao Ministério do Trabalho, na pessoa do Sr. Ministro, para que tome as providências e não apenas fique nos Anais da Casa para que se indefira um pedido de voto de congratulações ao General chefe da Pasta do Paraná.

Caberia a esta Casa, aos Deputados do MDB, aos Deputados da ARENA, dada a veracidade das denúncias que o Sr. disse que poderá provar, formar-se uma Comissão e ir então a Brasília e tratar do assunto ao nível que ele merece, e não apenas aqui nesta Casa, agora, discutir o requerimento e apresentar algumas queixas que poderão ser, inclusive, queixas de ordem pública.

Porque eu me lembro muito bem, estava em Apucarana quando o General Adalberto Massa foi entrevistado na televisão, se ele era um homem que estava dando apoio à ARENA ou ao MDB?

Lembro-me bem, naquela noite e já era mais de meia noite, quando ele se referiu que era um homem vinculado ao Partido Arenista, mas que via dentro do MDB pessoas ilustres.

E, naquela oportunidade, citou o nome do ex-2.º Secretário desta Casa, Deputado Maurício Fruet, com destaque.

Lembro-me muito bem, é necessário nobre Deputado, que então não se faça apenas a rejeição do requerimento que está sendo apreciado aqui, mas que V. Exa. formalize um processo, encaminhe ao Ministério do Trabalho para as devidas providências.

Porque também, lembro-me muito bem, que o Ministro Arnaldo Prieto veio ao Paraná para tratar do problema dos "bóias frias" e, quando aqui chegou, disseram-lhe que não havia o problema do "bóia-fria", no Paraná.

Mas depois, os movimentos dos sindicatos de todo o Paraná fez com que ele sentisse a realidade.

Pronunciamentos da tribuna formulados pelo Deputado Otássio Pereira, por V. Exa. e por outros ilustres Deputados, fizeram ecoar em Brasília o problema dos "bóias-frias".

E o Ministro saiu de Brasília e veio ao Norte do Paraná constatar "in loco" as denúncias que daqui partiram.

Nobre Deputado, V. Exa. se referiu ao problema de ter no sindicato a fotografia do General.

Conheço muitos prefeitos, e até prefeitos recém-eleitos pelo Partido do MDB, que é o meu partido que também trocou nas escolas públicas municipais as fotografias dos prefeitos anteriores e colocou a dele.

V. Exa. deveria também denunciar isso aqui.

Conheço muito bem, deputados federais, que ao chegar em determinadas repartições....

O SR. OSVALDO MACEDO — Sr. Deputado José Domingos

Scarpelini, é de praxe parlamentar que os apartes devem ser breves e corteses.

O Sr. José Domingos Scarpelini — Mais cortês do que este, nobre Deputado será impossível.

O SR. OSVALDO MACEDO — Realmente, tem sido cortês, mas não tem sido breve.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Depende do entendimento do que seja breve.

O SR. OSVALDO MACEDO — Dependo do conhecimento de espaço de tempo.

Acho que V. Exa. não perdeu essa consciência ainda. Eu dou por encerrado o aparte que concedi a V. Exa.

O Sr. José Domingos Scarpelini — V. Exa. não me permite concluir o aparte?

O SR. OSVALDO MACEDO — Acho que V. Exa. tem toda a oportunidade, de em usando do Grande Expediente desta Casa, fazer as considerações que a sua inteligência privilegiada, pode permitir.

Já encerrei o aparte concedido a V. Exa.

E antes de respondê-lo quero dizer, que não me elogia, o aparte de V. Exa.

V. Exa. escolheu bem o lugar para sentar.

Não está sentado junto aos seus colegas de bancada.

O Sr. José Domingos Scarpelini — Porque eu não quero, nobre Deputado.

O SR. OSVALDO MACEDO — Não, porque eles não o querem.

O Sr. José Domingos Scarpelini — Entre o querer e o dever, existe muita diferença.

O SR. OSVALDO MACEDO — Eles não o querem;

V. Exa. é "persona non grata" na nossa bancada.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência tão somente deseja que se respeite o Regimento Interno. O diálogo paralelo não é permitido.

A Presidência, tão somente lembra...

O SR. OSVALDO MACEDO — Mas, devo dizer, e considero aqui encerrada qualquer resposta especificamente, a esse Sr. Deputado que me aparteou.

Devo dizer, que realmente, as zeladoras do Estado, me causaram preocupação.

O Sr. José Domingos Scarpelini — Tudo causa preocupação em V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência volta a solicitar dos Srs. Deputados, o respeito aos ditames regionais.

Continua com a palavra, o Sr. Deputado Osvaldo Macedo.

O SR. OSVALDO MACEDO — Usei a tribuna para ponderar sobre a situação crítica das zeladoras do nosso Estado.

E até ameacei este governo, pedindo uma intervenção federal.

Se não teve seqüência, é porque logo depois veio a CPI para analisar o problema da Educação neste Estado.

E porque também, quando aqui estive presente, o Sr. Delegado do Trabalho, dele cobramos, esta providência.

E ele justificou a conduta.

Não vimos portanto, depois das providências tomadas, necessidade das seqüências à proposta estabelecida.

Mas, só lamento, que nesese dia tenha surgido com o advogado do Sr. Delegado do Trabalho, o Sr. Deputado José Domingos Scarpelini.

O Sr. José Domingos Scarpelini — Não sou advogado de ninguém.

O SR. OSVALDO MACEDO — O cliente, faz jus ao advogado e o advogado faz jus ao cliente.

O que eu não quero, não posso, e não posso mesmo permitir com o meu voto, é que nos congratulemos com este Dele-

gado do Trabalho, não podemos emprestar o aval desta Assembleia a esse senhor.

Não podemos emprestar.

Peço portanto, às nobres bancadas da ARENA e do MDB, que em respeito ao trabalhador paranaense, não nos congratulemos, não ofereçamos um voto de louvor àquele que tendo a missão de fiscalizar a legislação trabalhista do nosso Estado, não tem feito, com dignidade, com seriedade e com responsabilidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente, muito obrigado, Srs. Deputado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Antes de dar prosseguimento à discussão da matéria, a Presidência tem por dever observar que a iniciativa dos Srs. Deputados em pretender através de requerimentos, homenagear figuras da vida pública e social do Estado, ou do País, de cuja iniciativa — não raro — essas pessoas não têm conhecimento prévio da homenagem que o Parlamentar pretende prestar, tem possibilitado nesta Casa, muitas discussões.

Por essa razão, a Presidência se permite sugerir aos Srs. Deputados que, de futuro, mantenham entendimento com suas lideranças, antes que matérias dessa natureza sejam postas à consideração deste Plenário, e possamos evitar que o bom entendimento deste Poder com os demais possa ser enfraquecido, no futuro.

Fica a sugestão da Presidência aos Srs. Líderes, para que possamos tomar medidas de trabalhos legislativos capazes de, realmente, dignificar os trabalhos desta Casa.

O SR. GILBERTO CARVALHO (Pela Ordem) — Sr. Presidente, a sugestão dada por V. Exa. veio em boa hora.

Esse procedimento também deveria ser adotado nas concessões dos títulos de cidadania honorária, e que já foi discutido na CCJ.

Com essa medida preconizada por V. Exa. evitar-se-iam discussões futuras.

Sr. Presidente, estamos de pleno acordo com V. Exa.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — (Pela Ordem) — Sr. Presidente.

Esta Casa e o Paraná conhece as divergências entre este Deputado e o Presidente deste Poder.

Não me pejo, entretanto, em congratular-me com a iniciativa preconizada por V. Exa., Sr. Presidente.

E, neste caso, vou votar de acordo com a orientação de meu Partido.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Encerrada a discussão, em votação.

Aprovado.

O SR. OSVALDO MACEDO — (Pela Ordem) — Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Mesa defere.

Será procedida a verificação de votação.

(É feita a verificação de votação).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — 21 Srs. Deputados votaram pela aprovação.

18 Srs. Deputados votaram pela rejeição.

APROVADO o requerimento do Sr. Deputado Lázaro Dumont.

A Presidência deseja fazer uma comunicação.

Determinou ao Departamento Legislativo que a ORDEM DO DIA chegue às mãos dos Srs. Deputados nos respectivos gabinetes, pela manhã.

Deseja a Presidência responder a uma consulta do Sr. Deputado Deni Scjwartz que requerera, numa das últimas sessões ordinárias do Período Legislativo anterior, que fosse distribuída cópia da ata da sessão anterior, para conhecimento

dos Srs. Deputados antes das sessões. E responder ainda, que o Departamento Legislativo estuda providências neste sentido e espera superar dificuldades encontradas, para atendimento também desta justa pretensão do Sr. Deputado.

Desejo, antes do encerramento desta sessão, registrar a presença do Sr. Prefeito Municipal de Pato Branco, Engenheiro Civil, Dr. Roberto Zamberlain, a quem a Presidência cumprimenta fraternalmente.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 18, sexta-feira, às 10,00 horas, com a Ordem do Dia já anunciada anteriormente.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ROSÁRIO PITELLI, EM SESSÃO DO DIA 17 DE MARÇO DE 1977.

“DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL”

Foi o seguinte o discurso de improviso do Presidente:

Agradeço a presença dos senhores Ministros aqui para simbolizar o terceiro aniversário do governo. Agradeço as palavras do Ministro Armando Falcão, principalmente no que se refere à conduta, idéias e princípios que nos orientaram neste período.

Devo dizer que procurei, nestes três anos, ser fiel aos princípios que constituem a base doutrinária da nossa Revolução: desenvolvimento e segurança; procurei ser fiel ao passado dando continuidade à ação dos governos que me precederam, não só às voltas com os atos que eles iniciaram como também com as idéias que nortearam a atuação desses governos.

O desenvolvimento, como tenho caracterizado, e hoje em dia creio que finalmente se conseguiu um consenso a esse respeito, é o desenvolvimento integrado. A falsa idéia de que o nosso desenvolvimento deveria ser somente econômico creio que hoje em dia já não mais subsiste.

Nós, realmente, nestes três anos, trabalhamos, muito, vencemos dificuldades, encontramos situações adversas, na sua maioria vindas de fora, mas conseguimos nos desenvolver. Economicamente crescemos mais de 20 por cento, e atingimos já uma renda per capita da ordem de 1.100 dólares. Enfrentamos uma série de problemas no balanço de pagamento, que hoje em dia se apresenta com perspectivas mais favoráveis. Lutamos tenazmente, uma batalha tremenda, contra uma doença crônica neste país — a inflação. Não sei até onde podemos chegar, mas continuaremos certamente, com segurança e com esforço a combater esse grande adversário com que o país convive há longos anos e que nos corroe, não só economicamente, mas também até no sentido moral. Crescemos muito, na agricultura, na pecuária, na indústria, e procuramos cada vez mais nos tornar independentes das pressões econômicas que podem vir de fora, seja no campo da energia, seja no setor de insumos básicos, das matérias-primas essenciais.

Também nos desenvolvemos no sentido social. Sempre se criticou o Brasil pela má distribuição de renda, esquecidos de que praticamente o Brasil não tinha renda. Hoje, graças a atuação no campo social, do Ministério da Previdência, do Ministério do Trabalho, do Ministério da Educação, do Ministério da Saúde, do Ministério do Interior, creio que a situação do Brasil está bem melhor. Está muito longe de ser aquilo que deve, muito longe de ser aquilo que nós ambicionamos. Mas sem dúvida progredimos. A situação social do Brasil hoje é bem melhor do que era ontem, e amanhã certamente ainda será bem melhor.

Crescemos também e nos desenvolvemos no campo político, em que pesem opiniões contrárias. Fala-se muito em distensão. Mas eu tenho dito que nós devemos procurar um modelo nosso. Se procuramos um modelo nosso, no campo econômico e no campo social, temos de procurar um modelo nosso também no campo político. Não devemos procurar o que os outros fazem, porque as condições são diferentes. Não temos de procurar uma política para o Brasil que corresponda à índole de nosso povo, ao estágio de civilização em que nós estamos, e às nossas características também físicas. Temos, sobretudo, de estabelecer uma organização política que valha, que seja praticada, que não fique apenas registrada no papel, para uso e gozo daqueles que apenas lêem e que não têm responsabilidade na ação. Nesse sentido, creio que temos progredido. No meu governo se realizaram duas eleições, uma em 74 e outra em 76. Ambas foram eleições livres, o povo se manifestou como quis, votou como quis e, sobretudo, demonstrou a sua confiança no governo pela elevada taxa de comparecimento, ou seja, pelo reduzido número de abstenção. Claro que esse progresso, no campo político, tem de ser paulatino, tem de ser gradativo, e lento. Ele é função também do desenvolvimento econômico social e é função sobretudo dos homens, dos nossos dirigentes, da nossa elite, do grau de compreensão que ela venha a ter dos nossos problemas.

Em face disso, é claro que eu devo manifestar a minha satisfação por havermos chegado ao dia de hoje. Não realizamos absolutamente aquilo que imaginávamos, aquilo que idealizávamos. Estamos muito longe dos objetivos que mentalmente eu e qualquer um dos senhores ministros se tenham fixado ao assumirmos o governo. Mas sem dúvida realizamos e caminhamos para a frente. Isso é importante.

Na nossa política exterior, o Brasil hoje é outro, é uma nação que o mundo conhece: a Europa conhece, o Japão conhece, os Estados Unidos conhecem. E fazemos tudo isso com o maior espírito pacífico que se possa ter. Convivemos com todas as nações da América e praticamente com todas do mundo — exceto Cuba, com a qual não temos relações — num ambiente de harmonia, de tranquilidade, de respeito mútuo. Claro, sempre defendendo a nossa soberania, as nossos prerrogativas e as nossas necessidades, sobretudo de desenvolvimento.

Resta ainda muito por fazer. Nem tenho eu o sonho de realizar tudo que resta por fazer. Essa será tarefa do governo que daqui a dois anos vier a se instalar no País. Nestes dois anos que nos faltam, sem dúvida continuaremos a trabalhar com o mesmo espírito, com o mesmo esforço com o mesmo interesse, inteiramente voltados para a Nação.

Quando assumi o governo, declarei que não tinha compromissos com ninguém, a não ser com a nação. Hoje, continua a ser assim: Não tenho compromissos pessoais de qualquer natureza. Tenho sim, compromissos com o povo brasileiro, e, estes, se Deus permitir, eu terei de cumprir.

Por fim, quero agradecer aos senhores Ministros pela colaboração que me deram nestes três anos e que certamente continuarão com sacrifícios, sacrifícios familiares, sacrifícios de ordem pessoal, sacrifícios financeiros e assim por diante, mas acho que o trabalho compensa e vale a pena”.

“FALCÃO: SOLIDARIEDADE AO GOVERNO”

Íntegra, do pronunciamento do Ministro Armando Falcão:

“Senhor Presidente Ernesto Geisel:

Três anos de trabalho intenso, de esforço deliberado e lúcido, três anos de dedicação integral ao Brasil completa hoje V. Exa., na qualidade de primeiro mandatário da Nação.

Em todas as horas, nas áreas de Governo mais distanciadas e complexas, sem omissão ou atraso, presente e atuante

esteve e está sempre V. Exa. Chefe que cuida e comanda, deixa em cada atitude a marca da competência e do preparo, sedimentados no estudo e na meditação.

Exercitando, em conjuntura difícil, o mandato de responsabilidade máxima, V. Exa. conduz o Brasil com firmeza e seriedade, com justiça e longanimidade, jamais ficando aquém ou indo além das atribuições do cargo.

Presidente da República, Presidente da Revolução, é o exemplo vivo de autoridade austera e vertical, enérgica e comedida, que governa sem personalismo, sem violência e sem ódio, sem vacilações e sem abusos, cumprindo, normalmente, a Constituição e as leis comuns e aplicando de modo restrito os diplomas extraordinários, que os fatos exigiram como instrumentos ageis da segurança interna, da paz pública, do combate à corrupção, do trabalho pacífico e construtivo, da liberdade com responsabilidade, do desenvolvimento harmônico e integral do país.

Tem V. Exa., Sr. Presidente, uma visão nítida e uma concepção clara dos graves problemas do mundo deste século, em que o Estado se vê permanentemente ameaçado pela ação subversiva, totalitária e avassaladora, ostensiva ou disfarçada, a exigir dos democratas modernos uma atuação corajosa e objetiva, pronta e eficaz, que enfrente e domine, com rapidez e vigor, as tentativas de transformar o homem em escravo de tiranias implacáveis.

Lembrou, certa feita, V. Exa. que se abrisse uma janela e se olhasse para fora, a fim de constatar que, num quadro universal turbulento e confuso, o Brasil constrói em tranquilidade uma civilização de desenvolvimento e segurança, na qual o clima é de igualdade e oportunidades para todos de confiança e estabilidade, de ordem e progresso, só não se admitindo arremetidas contrárias as instituições que sustentam e preservam o interesse nacional mediato e imediato.

Nestes três anos de governo, cresceu e consolidou-se a liderança de V. Exa., que na fé e no respeito do povo encontra inspiração e estímulo renovados. Uma das provas insofismáveis do apoio popular a sua obra de governante foi a vitória da ARENA nas eleições de 76, por uma maioria superior a cinco milhões de votos.

Na campanha eleitoral, livre e trepidante, o engajamento democrático de V. Exa. foi direto e pessoal, nos encontros em praça pública com o povo, que sancionou a diretriz presidencial na irresponsável manifestação das urnas.

Seus atos de governo, invariavelmente medidos e meditados, são seguramente entendidos pelos brasileiros, com a inevitável exceção dos que colocam a paixão política ou a obsessão contra-revolucionária acima do julgamento imparcial.

Com a franqueza que não lhe falta, tem dito e repetido V. Exa. que muito fez, mas que muito ainda há de fazer, muito ainda há que aperfeiçoar nos planos econômicos, social e político. Almeja-se a constante evolução pretende-se a modernização atualizadora.

E o Governo, em circunstância alguma, procurou assumir uma atitude de infatibilidade ou superioridade pretensiosa, em que falhas esporádicas não pudessem reportar. A administração de V. Exa. por isso mesmo, vê na crítica judiciosa e desapassionada uma contribuição importante e patriótica, rechaçando, porém, a contestação, a contra-revolução, o desafio a 64, que vez outra aparentam desconhecer a verdade definitiva, segundo a qual o Brasil mudou e não recuou a um passado que repudia.

O que V. Exa. está realizando, na linha de continuidade revolucionária dos seus eminentes antecessores, presidentes Castelo Branco, Costa e Silva e Emílio Médici, obedece a inspirações e princípios permanentes e profundos, que estão na base dos destinos do Brasil.

Ao mesmo tempo, em que expressamos a V. Exa., nesta oportunidade, a nossa mais integral solidariedade pelas inicia-

tivas pertinentes ao pleno exercício dos direitos de soberania e independência nacional, ultimamente manifestados, os Ministros de Estado cumprimentam V. Exa., na data de hoje, e rogam ao Todo Poderoso que o ajude, na missão árdua e espinhosa, mas também nobre e fascinante, que é a de Presidente do Brasil."

PORTARIAS:

PORTARIA NÚMERO 117/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

retificar a Portaria 99/77, de 15 de março de 1977, que designou EROS RUPPEL ABDALA, matrícula 119, ocupante do cargo de Diretor Adjunto, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para assessorar o Diretor do Departamento Administrativo.

Gabinete da Diretoria Geral, e, 17 de março de 1977

FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral.

PORTARIA NÚMERO 118/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

estender as atribuições da Comissão de Sindicância criada pela Portaria 114/77, para apurar possíveis irregularidades, atribuídas a funcionários do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, conforme requerimentos de informações apresentadas pelo Deputado BENEDITO LÚCIO MACHADO.

Gabinete da Diretoria Geral, em 17 de março de 1977.

FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 119/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

designar, ANTÔNIO CARLOS ITIBERÊ DA CUNHA, matrícula 143, ocupante do cargo de Diretor Adjunto, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços de assessoramento no Gabinete da Primeira Secretaria.

Gabinete da Diretoria Geral, em 17 de março de 1977.

FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 120/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

designar, ALFREDO PRESTA, matrícula 057, ocupante do cargo de nível PL "30", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia para prestar serviços na Consultoria Jurídica.

Gabinete da Diretoria Geral, em 17 de março de 1977.

FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

DECRETOS LEGISLATIVOS:

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 99/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo proto-

colado sob o número 87, de 07 de janeiro de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. segundo, da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de JOÃO CRUZ, matrícula 209, ocupante do cargo de nível PL "18", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1976, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 17/03/77

IVO THOMAZONI – Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA – 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 100/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 62, de 05 de janeiro de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. segundo, da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de CLEMETILDE DELFINA BORTOLON, matrícula 387, ocupante do cargo de nível PL "19", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1976, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 17/03/77

IVO THOMAZONI – Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA – 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 101/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 71, de 05 de janeiro de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. segundo, da Lei 6742, de 3 de dezembro de 1975, em favor de GLACI BELICH, matrícula 154, ocupante do cargo de nível PL "19", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1976, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 17/03/77

IVO THOMAZONI – Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA – 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 102/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 305 de 19 de janeiro de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. segundo da Lei 6742 de 3 de dezembro de 1975,

em favor de JOSÉ AFONSO COELHO, matrícula 391, ocupante do cargo de nível PL "20", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1976, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 17/03/77

IVO THOMAZONI – Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA – 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 103/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 482, de 31 de janeiro de 1977, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei 6174, de 3 de novembro de 1970, alterado pelo Art. segundo da Lei 6742, de 3 de dezembro de 1975, em favor de CELSO APARECIDO DE CASTRO, matrícula 144, ocupante do cargo de nível PL "26", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de (02) dois meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1976, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 17 de março de 1977

IVO THOMAZONI – Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA – 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 104/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 311, de 19 de janeiro de 1977, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. segundo da Lei 6742 de 3 de dezembro de 1975, em favor de JOSÉ ESTEFANO BRITO WIROSLAWSKI, matrícula 518, ocupante do cargo de nível PL "21", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1976, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 17 de março de 1977

IVO THOMAZONI – Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA – 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 105/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 9475, de 26 de outubro de 1976, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. segundo, da Lei 6742, de 3 de dezembro de 1975, em favor de IZABEL FREITAS, matrícula 534, ocupante do cargo de nível PL "21", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias rela-

tivas ao exercício de 1.976, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 17 de março de 1977

IVO THOMAZONI – Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA – 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 106/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 582, de 07 de fevereiro de 1977, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. segundo da Lei 6742, de 3 de dezembro de 1975, em favor de JOSÉ PAULO ORTH, matrícula 410, ocupante do cargo de nível PL "28", da Série de Classes de Economista, do Grupo Ocupacional de Economia, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1.975, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 17 de março de 1977

IVO THOMAZONI – Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA – 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 107/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 383, de 24 de janeiro de 1977, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. segundo, da Lei 6753, de 3 de dezembro de 1975, em favor de ALCEU WALTER NIEDZWIEDZ, matrícula 508, ocupante do cargo de nível PL "20", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1.976, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 17/03/77

IVO THOMAZONI – Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA – 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 108/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 85, de 06 de janeiro de 1977, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. segundo da Lei 6742, de 3 de dezembro de 1975, em favor de CLARICE FROIS DE MIRANDA, matrícula 547, ocupante do cargo de nível PL "19", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1976, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 17 de março de 1977

IVO THOMAZONI – Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA – 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 109/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 604, de 07 de fevereiro de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com a Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. segundo da Lei 6742, de 3 de dezembro de 1975, em favor de IONE MARIA DA CONCEIÇÃO XAVIER, matrícula 470, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1976, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 17/03/77

IVO THOMAZONI – Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA – 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 110/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 410, de 25 de janeiro de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. segundo da Lei 6742, de 3 de dezembro de 1975, em favor de LÁZARO DA SILVA, matrícula 521, ocupante do cargo de nível PL "16", da Série de Classes de Auxiliar Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1976, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 17 de março de 1977.

IVO THOMAZONI – Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA – 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 111/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 461, de 27 de janeiro de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. segundo da Lei 6742, de 3 de dezembro de 1975, em favor de MAURÍCIO GONÇALVES, matrícula 152, ocupante do cargo de nível PL "18", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1976, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 17 de março de 1977

IVO THOMAZONI – Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA – 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 112/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 11.034, de 20 de dezembro de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo

de serviço Público, de MANOEL MARTINS DE CASTRO, matr. 315, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quarto quinquênio, compreendido entre 22 de janeiro de 1973 e 22 de novembro de 1976, ante antecipado em razão da incorporação ao terceiro quinquênio e das férias relativas aos anos de 1972, 1973, 1974 e 1975, contadas em dobro.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 17/03/77.

IVO THOMAZONI – Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA – 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 113/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições.

RESOLVE:

revogar a partir de 01 de abril de 1977, todos os Decretos Legislativos que colocaram funcionários do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, à disposição de outros Poderes e Órgãos Federais e Estaduais e Municipais, não se aplicando este Ato aos funcionários à disposição sem ônus para este Poder, e Luiz Douglas Ferreira e Maria Amália Cesar Cercal de Oliveira, que prestam serviços à Comissão Geral de Investigações, Seção do Paraná; Odir Gomes da Rocha, Presidente da Associação do Servidor Público do Estado do Paraná, e, Antônio Alves de Oliveira Neto, que presta serviços à Secretaria de Planejamento da Presidência da República.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 17/03/77

IVO THOMAZONI – Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA – 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – 2.º Secretário

PORTARIA NÚMERO 115/77 (república)

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

designar, ANTÔNIO SEBASTIÃO DA CUNHA GEBRAN, matrícula número 096, ocupante do cargo de Assistente Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar assessoramento dentro das funções de seu cargo efetivo, junto ao Gabinete da Diretoria Geral.

Gabinete da Diretoria Geral, em 16 de março de 1977.

FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 116/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

revogar a Portaria número 108/77, a partir de 15 de março do corrente ano, que concedeu férias ao funcionário ALBINO DE BRITTO FREIRE, ocupante do cargo de nível PL "27", da Série de Classes de Advogado do Grupo Ocupacional de Direito do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, em virtude de sua designação para compor a Comissão de Sindicância.

Gabinete da Diretoria Geral, em 17 de março de 1977

FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral